

FAMÍLIA E *PAPÉIS* SOCIAIS: UMA CRÍTICA FEMINISTA

I – Família e Opressão Feminina

Nenhuma lei humana poderia apagar de qualquer forma o direito natural e primordial de todo o homem ao casamento, nem circunscrever o fim principal para que ele foi concebido desde a origem: ‘crescei e multiplicai-vos’ (Leão XII, *Rerum Novarum*, 1961, p. 128).

A natureza não impõe somente ao pai de família o dever de alimentar e sustentar seus filhos; vai mais longe. Como os filhos refletem a fisionomia de seu pai e são uma espécie de prolongamento de sua pessoa, a natureza inspira-lhe cuidado do seu futuro e a criação de um patrimônio que as ajude a defender-se, na perigosa

jornada da vida, contra as surpresas da má fortuna. Mas esse patrimônio poderá ele criá-lo sem a aquisição e a posse de bens permanentes que possa transmitir-lhe por via da herança? (Leão XII, *Rerum Novarum*, 1961, p. 17-18).

A família, na sua forma atual, não é outra coisa senão uma das ruínas do passado (KOLLONTAI, 1979, p. 49).

Introdução

Impossível pensar a problemática dos papéis femininos em nossa sociedade – entre eles o de socializadora e transmissora de ideologias – sem fazer referência à questão da família. De fato, ao longo da história da humanidade, assim como nos sucessivos e diferenciados discursos sobre o processo histórico, a mulher tem sido relacionada à família – à esfera do privado – enquanto que o homem parece pertencer à esfera pública, à sociedade. Desta maneira, Aristóteles em *A Política* distingue o “político” como governo da cidade, utilizando o termo “econômico” para caracterizar o governo da casa: a cidade é governada por homens livres, cidadãos por natureza livres e iguais, ao passo que a casa é o lugar em que o poder é exercido pelo homem sobre a mulher, os filhos (que são livres mas desiguais por natureza) e os escravos que, por natureza, não são livres nem iguais (MERCIER-JOSA, 1978, p. 304). A cisão entre “econômico” e “político”, neste caso, reflete a própria cisão entre vida pública e vida privada, entre direitos e deveres do marido e da mulher.

É interessante notar que a antropologia aristotélica impregna toda a teologia escolástica medieval que define as mulheres como “homens defeituosos” (REAUTHER, 1977, p. 88), identificando a divisão entre a carne e o espírito com a feminilidade e a masculinidade (NOVINSKY, 1979, p. 10). Para os contratualistas, como Rousseau, a família monogâmica e patriarcal (ou seja, a mulher submetida ao marido) constituía o princípio da sociedade humana e a crença na

instituição familiar como uma entidade natural e permanente, prévia a qualquer sociedade organizada, continua influenciando importantes segmentos da produção sociológica, como bem o demonstram as análises realizadas por Adorno e Horkheimer (1969, p. 130-148).

A leitura de textos filosóficos acerca da questão da família, como os de Kant e Hegel, remete-nos constantemente a esta dicotomia: a desigualdade entre homens e mulheres no interior da família e da sociedade – por mais que ideologicamente apresentada como constitutiva de uma comunidade de interesses e fundamentada no amor. Esta concepção idealista foi criticada por Marx (1968, p. 45) ao comentar, referindo-se a Fierbach e aos jovens hegelianos, que, no desenvolvimento históricos, os homens:

Renovam cada dia sua própria vida, põem-se a criar outros homens, a reproduzir-se: é a relação entre o homem e a mulher, pais e filhos, é a família, Esta família, que no começo era a única relação social, torna-se em seguida uma relação subalterna (...) logo que novas necessidades engendram novas relações sociais e que o crescimento da população engendra novas necessidades. Consequentemente, devemos tratar e desenvolver o tema da família a partir dos fatos empíricos e não do “conceito de família”, tal como se costuma fazer na Alemanha.

E quais seriam estes fatos empíricos senão os elementos, historicamente determinados, que moldam os diversos tipos de sociedade que a humanidade tem conhecido? Algo muito diferente, por tanto, das leis imutáveis, dos princípios eternos, das categorias ideais (MARX, 1965, p. 84) com que trata a filosofia idealista: o concreto é concreto porque é a síntese de inúmeras determinações, logo, unidade da diversidade (MARX, 1965, I, p. 225). E o concreto, nas sociedades primitivas, é tão distinto do existente na sociedade inglesa contemporânea, como o são as relações familiares e o status da mulher em cada uma destas sociedades. Assim, Evans–Pritchard (1971, p. 47) comenta a relativa pouca intensidade das relações familiares entre os povos primitivos, para os quais a sociedade é uma extensão das relações familiares, levando com que a diferenciação

entre vida privada e vida pública apresenta um caráter muito menos marcante que o imperante na família nuclear monogâmica de nossos dias.

Em outras palavras: a possibilidade de “historicizar” as relações familiares está determinada pela própria necessidade do homem ser um animal que não pode se individualizar a não ser dentro das sociedades (MARX, 1965, I, p. 236), na medida em que a ideia de uma produção realizada por um indivíduo isolado, vivendo fora da sociedade (...) não é menos absurda do que a ideia de um desenvolvimento da linguagem sem que existam indivíduos que vivam e falem em conjunto. Na verdade, quanto mais retrocedemos cronologicamente na história mais visível se torna a dependência do indivíduo a um conjunto maior, no seio e por o intermédio do qual sua sobrevivência é garantida. A existência biológica do homem, portanto, encontra-se profundamente marcada por sua existência cultural/social: a produção da subsistência material e a reprodução da espécie realizando-se e definindo-se dentro de um espaço social bastante delimitado. O que equivale dizer que se a união da mulher e do homem é um dado da Natureza, as regras que ela obedece para consubstanciar-se dizem respeito à Cultura.

1 – Cultura e Subordinação da Mulher: a proibição do incesto

A passagem da Natureza para a Cultura, segundo a grande maioria dos autores, processa-se simultaneamente à subordinação da mulher ao homem (quando não é já um suposto “natural” que nem exige explicações), o que equivale a dizer que a opressão da mulher funciona como uma espécie de princípio civilizador. Para Freud (1973, III, p. 1838) a origem da sociedade relaciona-se à passagem da horda paterna à associação fraterna e, em ambos os momentos a mulher já esta subordinada ao homem; mais ainda, ela é o próprio objeto da disputa entre o violento e tirânico pai e a

horda fraterna. Os irmãos odiavam o pai que tão violentamente se opunha às suas necessidades de poderio e às suas exigências sexuais. A necessidade de colaboração entre os homens, pondera Freud, surgiu quando o homem primitivo descobriu que poderia melhorar seu destino na Terra através do trabalho. Aliás, em períodos ainda mais remotos – em sua pré-história de antropóide – já havia adotado o hábito de constituir famílias, de modo que os membros destas foram provavelmente seus primeiros auxiliares. Além disso, *a família primitiva constitui-se vinculada a uma certa evolução sofrida pela necessidade de satisfação genital* (grifo meu):

Este, ao invés de apresentar-se como um hóspede ocasional, que se instala na casa de alguém para não dar depois sinais de vida por muito tempo e converteu-se, contrariamente, em um inquilino permanente do indivíduo. Com isto, o macho encontrou motivos para conservar junto de si a fêmea, ou, em termos mais gerais, os objetos sexuais; as fêmeas, por sua vez, não querendo se separar de sua prole inerme, também se viram obrigadas a permanecer, no interesse desta última, junto ao macho mais forte (FREUD, 1973, III, p. 3038).

O argumento, portanto, é de ordem biológica: o macho “naturalmente mais forte (força esta, diga -se de passagem, contestada por muitos antropólogos para os quais não faz sentido pensar as sociedades primitivas a partir de modelos de homem e de mulher das sociedades contemporâneas) entra em contradição com outros machos – sua prole – por causa da posse sexual da gêmea/esposa/objeto sexual. Desta maneira, a passagem da “família primitiva” para a “família cultural”, na expressão de Freud, diz respeito à luta *entre homens* pela apropriação das fêmeas:

Nesta família primitiva ainda falta um elemento essencial da cultura, pois a vontade do chefe e pai era limitada. Em *Totem e Tabu*, tratei de mostrar o caminho que conduzia desta família primitiva à fase seguinte da vida em sociedade, isto é, as alianças fraternas. Os filhos, ao triunfarem sobre o pai, descobriram que uma associação pode ser mais poderosa do que o indivíduo isolado. A fase totêmica da cultura baseia-se em restrições que os irmãos

impuseram-se mutuamente para consolidar este novo sistema. Os preceitos do tabú constituíram, assim, a primeira lei. A vida em comum dos homens adquiriu, portanto, duplo fundamento: por um lado, a obrigação do trabalho imposta pelas necessidades exteriores; de outro, o poderio do amor, que impedia ao homem de prescindir de seu objeto sexual, a mulher, e a esta, desta parte separada de seu seio que é o filho, desta maneira, Eros y Ananke (amor e necessidade) convertam-se nos pais da cultura humana, cujo primeiro resultado foi o de facilitar a vida em comum a um maior número de seres (1973, 111, p. 3039).

A assimetria com que Freud pensa o “destino” da mulher e do homem, a partir do desvendamento dos mitos sobre a origem da civilização, não poderia deixar de ser mais reveladora: supõe-se uma relação privilegiada do macho em relação a fêmea que não é correspondida por esta, uma vez que o “instinto materno” determina a escolha do objeto afetivo da mulher. Assim, no mito e na análise de Freud, o homem é o macho e a mulher a fêmea-mãe; objeto cobiçado pelos machos que instituem as regras (o princípio civilizador) a partir da necessidade de organizar a partilha das mulheres, tal como a antropologia estruturalista veio a colocar posteriormente, assumindo a mesma hipótese da universalidade da proibição do incesto. Lévi-Strauss, muito provavelmente, subscreveria a afirmação de Freud (1973, II, p. 1847) de que podemos deduzir que no complexo de Édipo coincidem os começos da religião, da moral, da sociedade e da arte, coincidência que se mostra perfeitamente de acordo com a demonstração trazida pela psicanálise de que este complexo constitui o nóculo de todas as neuroses. Em síntese, submissão da mulher ao homem e proibição do incesto: eis os parceiros da civilização.

Lévi-Strauss reforça a posição freudiana quando comenta que o instinto sexual, por ser ele natural, não constitui o passo da natureza à cultura, mas explica uma das razões pelas quais o terreno da vida sexual, antes de qualquer outro, é onde pode e deve operar, forçosamente, o trânsito entre as duas ordens (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 45).

Enraizada na natureza mas projetando-se para a cultura, a proibição do incesto é o eixo em torno do qual se articulam os sistemas de parentesco que, segundo Lévi-Strauss, correspondem a um meio de comunicação entre os homens. Verdade que se trata de uma comunicação muito especial pois as mulheres – diferentemente das palavras, que também implicam na comunicação entre homens, mas que não podem ser senão signos – são objetos com desejo próprio. A grande questão persiste, então, em se saber o porquê desta utilização do sexo feminino como uma espécie de meio circulante do sistema de parentesco.

Poucas correntes teóricas receberam tamanha aceitação como o estruturalismo, talvez exatamente pela ambição de seus propósitos: a resposta aos mistérios do “começo dos começos”. Eis que, a partir de estruturas orientadas por uma mesma lógica (no caso, a necessidade de trocar mulheres), o complexo de Édipo – o pecado original do freudianismo e do estruturalismo – possibilita explicar o universal, vale dizer, o princípio regulador das relações entre homens. Em um dos trabalhos mais interessantes acerca do caráter da “produção doméstica”, Claude Meillassoux (1975) comenta que tanto para os funcionalistas como para os estruturalistas a exogamia e a “troca de mulheres” constituem a base da teoria do parentesco, criticando Levi-Strauss pela ambiguidade que deixa pairar quanto às razões da proibição do incesto:

Lévi-Strauss supõe que esta proibição do incesto, ‘cuja raiz está na natureza’ – como explicar de outra maneira sua suposta universalidade? poderia, não obstante, ter uma causa sociológica; a necessidade da troca de mulheres. De forma que não “fica claro se, no espírito do autor, esta proibição se relaciona ao direito e à moral (produzidos pelas condições gerais da sociedade) – e neste caso eu estaria de acordo com ele – ou se é um dado natural que escapa aos homens (MEILLASSOUX, 1975, p. 26).

A universalidade da proibição do incesto, ademais, permanece duvidosa se o objetivo é que ela sirva de elemento comum à toda a

teoria do parentesco. Neste sentido, Meillassoux apoia-se no trabalho de R. Middleton “A Deviant-Case: Brother and Sister and Father Daughter Marriage in Ancient Egypte”, in *American Sociological Review*, (XXVII, 5 oct 1962) que demonstra a frequência dos casamentos entre irmão e irmã no Egito ocupado pelos romanos, para a preservação do patrimônio familiar, negando a universalidade da referida proibição. Assim, afirma Meillassoux:

(...) Se entendemos por ‘incesto’ a cópula entre rebentos dos mesmos genitores e entre genitores e rebentos, sem nem sequer estender esta noção aos parentes classificatórios, constata-se que se trata de uma prática muito conhecida e mesmo institucionalizada em um certo número de sociedades (1975, p. 26).

Lembrando os exemplos dos irmãos e irmãs no Hawaí; o pai e a filha *azande*; a mãe e o filho entre os *Mbuti*, Meillassoux conclui que:

Longe de estar inscrito na natureza a proibição do incesto é a transformação cultural de proibições sexuais (isto é ‘naturais’ ou morais) a partir do momento em que o controle matrimonial torna-se um dos elementos do poder político (1975, p. 26).

A luta pela sobrevivência material, a tentativa de garantir o usufruto ou a posse das mulheres, enfim, a necessidade de assegurar a presença de um dado número de representantes do sexo feminino e com isto a reprodução mais harmônica dos grupos sociais, exigiu o estabelecimento de regras (entre elas a proibição do incesto) que controlassem a enorme margem de arbítrio deixada pela natureza. Voltaremos, mais adiante, a discutir a questão do porquê o sexo feminino aparece como elemento estratégico a ser regulado. Por ora, ficamos no registro das considerações de Meillassoux, enquanto apresentamos a perspectiva antropológica feminista de orientação marxista.

2 – Evelyn Reed e a reintrodução contemporânea do tema do matriarcado

A oposição à clássica explicação da proibição do incesto como regra de origem “natural” recebeu um forte impulso com a apresentação dos trabalhos e conclusões de Evelyn Reed. Esta autora pensa o estabelecimento das regras sociais a partir da questão do *tabu* e das relações específicas entre a esfera da vida sexual (proibição do incesto e/ou de determinadas categorias de práticas sexuais) e a alimentação (tabu do canibalismo). Em outras palavras, apontando as necessidades básicas para a sobrevivência da espécie (animal ou humana), à alimentação e sexo, Reed pondera que a proibição de ingerir determinados alimentos, especialmente do reino animal, relaciona-se à separação que os primitivos faziam do “nós” e os “outros”, ou seja, diz respeito a aquilo que deve ser preservado e o que pode ser destruído. Uma determinada categoria do reino animal poderia ser considerada como “nós” e preservada da mesma maneira que os homens pertencentes a um mesmo grupo tribal. A possibilidade que no momento da caçada, por exemplo; alguém utilizasse de sua arma para ferir um companheiro, constituía motivo de profunda tensão grupal, de quebra de solidariedade. É por isto, argumenta Reed, que “nada além de um absoluto e inviolável tabu poderia impedir tal desastre e este foi o papel do totemismo, a mais antiga instituição social” (1975, p. 37). Esta prática de prevenção social, por assim dizer, estende-se às outras esferas da vida em comum, sempre com a mesma finalidade de socializar a interação grupal e a relação homem-natureza.

Convencida de que o totemismo e o tabu representam a mais antiga forma de regular as necessidades humanas, a questão que se coloca para Reed é saber quem o instituiu, porquê e como. Os homens se impuseram a proibição de comer certos animais e de ter relações sexuais com certas mulheres ou, contrariamente, foram as mulheres que criaram tais instituições para protegerem-se e à sua prole? Já vimos como Lévi-Strauss e seus seguidores respondem a

esta questão. Reed, entretanto, chega a uma resposta bem diversa: aprofundando a análise de Engels relativa ao matriarcado primitivo, reintroduz o argumento naturista agora para corroborar a tese da superioridade inata do sexo feminino, sua “capacidade civilizadora”. Reed atribui esta capacidade à maior propensão desenvolvida pelas mulheres no que diz respeito às práticas de cooperação mútua, dada sua ligação privilegiada – enquanto mãe biológica – com a prole. Em outras palavras, a autora estabelece para o sexo feminino uma relação de causa e efeito entre *função biológica* (natural) – procriação e aleitamento – e *função social* – cooperação. Neste aspecto sua análise converge com a de Freud (que fala da ligação da mulher à prole) mas as consequências que tira deste fato são bem distintas ao afirmar que a sociedade (a cultura) começa tendo como unidade o clã materno e não a família paterna. Em outras palavras, as mulheres têm o predomínio na medida em que são socializadoras; os instrumentos e as porta-vozes da cultura. A partir de sua relação íntima com a prole se estabelece um determinado tipo de relação com o meio ambiente: o cultivo de alguns alimentos, a domesticação de pequenos animais e pássaros, os primeiros passos na tecelagem, na medicina e nas artes constituem, segundo o material apresentado por Reed, obras do sexo feminino. Além disso, explica a importância do tabu relacionado à menstruação como mais uma manifestação da preocupação social em proteger a mulher, pois, em sua origem, ele não estaria referido à ideia de impureza do sangue menstrual e sim ao fato de que o sangue era visto como sinal de ferimento. Assim, estar perto de uma mulher menstruada poderia significar o risco, para o homem, de ser confundido com um agressor.

As primeiras regras sociais, portanto, visam a proteção do sexo feminino em função do papel que ocupa na reprodução da espécie. Não é, pois, a proibição do incesto o passo para a cultura; a subordinação da mulher ao homem tampouco e sua condição universal. O trabalho social e a mãe social: eis as chaves para o rompimento com a esfera natural. Desta maneira, a autora,

que critica a projeção de instituições e valores contemporâneos para as sociedades do passado (tal como é realizado por muitos estudos antropológicos), termina por inverter a ordem das razões, propondo sempre determinações femininas como explicação de conhecidos tabus sexuais. Partindo da premissa de uma sexualidade diferenciada entre os dois sexos, ela afirma que os longos períodos de segregação da mulher (durante a menstruação, o ciclo maternal, as expedições de guerra e caça, etc.) ao fato da mulher sentir menor desejo sexual e de precisar se proteger da volúpia masculina. Em tempos históricos posteriores as necessidades sexuais femininas teriam aumentado, mas a razão desta mudança permanece obscura para Reed. Cumpre notar, aliás, que a defasagem no apetite sexual de cada um dos dois sexos é também um pressuposto da análise de Freud, que insiste nos laços preferenciais da mãe com a prole. Mas a utilização que Reed faz deste argumento é bem distinta da freudiana: para ela trata-se da impossibilidade do casamento e da figura do pai na época da selvageria. Mulher e prole encontram-se unidos contra muitos perigos, entre os quais a presença masculina. Assim, os dois sexos estariam segregados nos primórdios da civilização e as mulheres, através da organização matriarcal da vida em sociedade, foram capazes de desenvolver formas de solidariedade muito abrangentes, não conhecendo a propriedade privada nem formas de exploração do trabalho alheio.

Neste aspecto a análise de Reed retoma as clássicas colocações de Engels para quem a opressão da mulher só começa quando a propriedade privada é introduzida. Para ela esta instituição surge, primeiramente, com a “propriedade móvel”, ou seja, objetos que podem passar de um possuidor a outro, e com a acumulação tornada possível por um incremento de produtividade na agricultura. A autora em questão supõe que esta acumulação tenha se processado com os estoques de grãos, (Engels aponta o gado como primeira riqueza acumulada), e que a abundância alimentar tenha permitido uma

maior concentração populacional e o aprofundamento da divisão do trabalho. Os passos seguintes são conhecidos: a acumulação realizada traz o problema de sua utilização. Primeiramente, supõe Reed, os mais velhos receberam os benefícios do excedente alimentar mas, pouco a pouco alguns homens:

Elevaram-se à categoria de sacerdotes, nobres, proprietários de terra, colocando-se acima do povo comum, recebendo produtos alimentares, gado e artesanatos como tributos e, mais tarde, como taxas. A riqueza privada começou a acumular-se nas mãos de uma elite, a classe dominante (REED, 1975, p. 412).

A passagem é um pouco rápida, na verdade. Ao se referir à acumulação na agricultura, Reed aponta para a redefinição da divisão social do trabalho, argumentando que os antigos caçadores – os homens - passam a realizar tarefas antes especificamente femininas sem que haja qualquer explicação para tal mudança. Eis que os homens “elevam-se” – este é o termo empregado – à condição de classe dominante, permanecendo obscuras as condições que propiciaram a exploração do trabalho alheio por esta “classe dominante”. Somos jogados a sociedade de classes e a uma nova ordem social com um embrião de exército permanente, escravos e a mulher destituída de sua antiga posição social.

A indiscutível importância da obra de Evelyn Reed e o seu esforço para analisar, do ponto de vista marxista, as origens da opressão da mulher, justificam o espaço concedido à apresentação de suas teses. Vimos como ela reintroduz a problemática da passagem da natureza à cultura, lançando algumas hipóteses interessantes mas sem conseguir escapar a uma argumentação de ordem biológica bastante discutível. Sua análise deixa sem resposta alguns pontos nevrálgicos, entre os quais a questão do como as mulheres perderam a supremacia social que o matriarcado lhes garantia. Em poucas palavras, não chega a estabelecer uma teoria completa e coerente sobre a vida social nas sociedades iletradas do passado da humanidade.

3 – Assimetria sexual e monopólio da violência: a questão do poder masculino

A relação entre a vida familiar e a vida social, ou seja, a maior ou menor integração das relações de parentesco no conjunto das atividades de determinada sociedade, apresenta profundas diferenças ao longo da história humana. A separação entre público e privado, tal como nossa sociedade conhece, constitui o resultado de profundas transformações sócio-econômicas, entre elas a passagem da unidade produtiva do lar para a fábrica. Nesta medida, falar de papéis sociais da mulher supõe o conhecimento da qualidade da participação feminina em dada formação sócio-econômica. O que hoje é uma tarefa sem aparente valor econômico, como o trabalho doméstico, por exemplo, pode ter sido, há poucos séculos, uma função social (e não familiar) de máxima importância para a reprodução das condições de sobrevivência de uma determinada comunidade.

Neste sentido, Lévi-Strauss aponta para um aspecto essencial da manutenção do equilíbrio demográfico entre os dois sexos, que é a cooperação laboral tendo em vista a produção econômica/de subsistência, tal como podemos observar no trecho seguinte:

Considerações extraídas, de modo exclusivo, do estudo das relações entre os sexos em nossa sociedade não permitem compreender o caráter verdadeiramente trágico deste desequilíbrio no seio das sociedades primitivas. Suas implicações sexuais são secundárias. Com efeito, à sociedade primitiva dispõe, ainda mais do que a nossa, de múltiplos recursos para resolver este problema. A homossexualidade em certos grupos, em outros, a poliandria e o empréstimo de mulheres e, por fim, quase em todas as partes, a extrema liberdade das relações pré-maritais, permitiriam aos adolescentes esperar comodamente encontrar uma esposa, se a função desta se limitasse às gratificações sexuais. Mas, como se assinalou várias vezes, na maioria das sociedades primitivas [como também, ainda que em menor grau, nas classes rurais de nossa sociedade], o matrimônio apresenta

uma importância totalmente distinta, não erótica e sim econômica. A diferença entre o *status* econômico do solteiro e do homem casado, em nossa sociedade, se reduz quase que exclusivamente ao fato de que o primeiro deve renovar com maior frequência seu guarda-roupa. A situação difere completamente nos grupos nos quais a satisfação das necessidades econômicas descansa totalmente sobre a sociedade conjugal e na divisão do trabalho entre os sexos. O homem e a mulher não somente não têm a mesma especialização técnica e, portanto, dependem um do outro para a fabricação dos objetos necessários para as tarefas cotidianas, como também se consagram à produção de tipos diferentes de alimentos. Por isto, uma alimentação completa e, sobretudo, regular, depende desta verdadeira “cooperativa de produção” que constitui um par. “Quanto mais mulheres, mais se tem para comer”, dizem os pigmeus que consideram “as mulheres e as crianças como a parte mais preciosa do capital do grupo familiar (LÉVI-STRAUSS, 1969, p. 75-76).

A problemática da mulher enquanto “capital familiar” ganha, nesta análise de Lévi-Strauss nova faceta, completando de alguma maneira a proposta teórica de Reed. Esta, como vimos, ressalta menos o aspecto da cooperação necessária entre os sexos e chega a propor, como maneira de contornar o problema da “abstinência sexual” das mulheres, uma modificação na sexualidade feminina que, nos primórdios, seria menos “sexualizada” vindo a se modificar posteriormente. O ponto de vista de Lévi-Strauss, neste particular, é bem mais flexível: ao invés de propor uma sempre duvidosa mudança de ordem psico-fisiológica, este autor coloca a possibilidade de uma sexualidade “polimórfica perversa”, nas palavras de Freud. Mas, por outro lado, insiste no aspecto da colaboração tendo em vista a reprodução cotidiana. O “valor econômico”, por assim dizer, do sexo feminino passa a constituir, então, a principal razão para a política de alianças que o sistema de parentesco estabelece.

A integração das funções econômicas (da esfera da economia e do modo de produzir) nas relações de parentesco (estas expressando normas de relação sexual/de filiação) constituirá, por estas mesmas

razões que Lévi-Strauss expõe acerca da “cooperação produtiva”, o específico das sociedades primitivas. Mais ainda, é através do parentesco que as próprias relações de poder – políticas e religiosas – são determinadas. Como assinala (GODELIER, 1970, p. 139), “neste tipo de sociedade as relações de parentesco funcionam como relações de produção, relações políticas, esquema ideológico”. O parentesco, neste caso, e ao mesmo tempo infra e supra estrutura. Além disso, as próprias relações de produção funcionam no interior das relações de parentesco, fazendo com que estas últimas determinem “os direitos do indivíduo sobre o solo e seus produtos, suas obrigações de receber, dar, cooperar. Elas determinam igualmente a autoridade sobre outros em matéria política e religiosa”.

As relações de parentesco, ou mais especificamente, a posição ocupada por cada um dos sexos (na idade adulta/produtiva) na hierarquia familiar e na vida social de modo amplo revela, à sua maneira, as relações de poder entre ambos os sexos. Ao falar da imperiosidade da “cooperativa de produção” Lévi-Strauss, com o apoio de Godelier, lança alguma luz sobre a questão da opressão da mulher. E os trabalhos antropológicos de Meillassoux acentuaram o valor econômico da mulher, sua capacidade de produção econômica aliada ao papel estratégico que desenha na procriação, ou seja, na reprodução da força de trabalho. Desta maneira, as razões pelas quais os homens, nas sociedades primitivas, tinham interesse na subordinação do sexo feminino são apontadas como sendo as seguintes:

A subordinação da mulher torna-a suscetível a duas formas de exploração de seu trabalho: tanto porque seu produto – entregue ao marido que assume sua gestão ou a transmissão ao filho mais velho – não lhe retorna integralmente como, principalmente, através da exploração de suas capacidades procriadoras pois a filiação, isto é, os direitos sobre a progeneritura, se estabelece entre os homens (MEILLASSOUX, 1975, p. 199).

Ao despojar a mulher de sua progenitura (garantindo o controle da futura geração de produtores) o homem a deixa incapaz de criar relações de filiação, ao mesmo tempo que não tem condições de adquirir um *status* a partir de sua contribuição produtiva. Assim, argumenta Meillassoux, apesar da mulher ocupar um lugar predominante:

Tanto na agricultura como nos trabalhos domésticos ela não desfruta do status de produtora. Estando submetida à relações conjugais que superam suas relações de filiação, o produto de seu trabalho só entra no circuito doméstico através de um homem (1975, p. 120).

A semente da contradição encontra-se, pois, lançada no próprio seio da sociedade primitiva, dada a assimetria sexual imperante. E, apesar da inexistência de estudos mais precisos sobre os meios utilizados pelo sexo masculino para submeter o feminino, é interessante observar como o antropólogo Pierre Clastres faz apologia da qualidade de vida nas sociedades primitivas (no exemplo a seguir trata-se das sociedades tribais brasileiras) sem maiores considerações sobre a condição feminina. Ele comenta que a vida econômica deste índio se fundamentava principalmente sobre a agricultura e, acessoriamente, sobre a caça, a pesca e a coleta. O grosso do trabalho, efetuado pelos homens, consistia em limpar, com machados de pedra e pelo fogo, a superfície necessária. Esta tarefa, realizada ao final das estações de chuva, mobilizava os homens durante um ou dois meses. Quase todo o resto do processo agrícola – plantar, capinar e colher –, em conformidade com a divisão do trabalho, era assumido pelas mulheres. Daí resulta esta feliz conclusão:

os homens, isto é, a metade da população, trabalhava cerca de dois meses todos os quatro anos! O resto do tempo era dedicado a ocupações consideradas não como pena mas como prazer: caça, pesca, festas e à satisfazer seu gosto apaixonado pela Guerra (CLASTRES, 1974, p. 165, grifo meu).

A alegria com que Clastres saúda a metade masculina é bem significativa da pouca importância que concede ao restante da população, isto é, as mulheres. Nem mesmo chega a calcular as horas de trabalho feminino, para que pudessemos avaliar o tempo que dispõe para o lazer. Sem entrar, mais uma vez, na discussão sobre a análise de sociedades diferentes a partir de critérios muito europeus e capitalistas – como é o caso da separação entre trabalho e lazer, cumpre ressaltar que a análise de Clastres pode não ser o melhor retrato das sociedades tribais mas é extremamente sugestiva da maneira pela qual a antropologia trata a questão feminina. Neste sentido, sua preocupação em definir as condições necessárias para que tais sociedades não conhecessem classes (nem o Estado) leva-o a inverter a proposição do materialismo histórico (que aponta a determinação, em última instância, do econômico) “antes de ser econômica, a alienação é política, o poder existe antes do trabalho, o econômico é um derivado do político, a emergência do Estado determina a aparição das classes” (CLASTRES, 1974, p. 169). Para que as sociedades tribais continuem sem conhecer o Estado – e as classes – é necessário, entretanto, o controle do tamanho demográfico e a reprodução de um mesmo controle social que impeça os deslocamentos do poder. Assim, ele assinala que:

A propriedade essencial (isto é, que toca na essência da sociedade primitiva) é de exercer um poder absoluto e completo sobre tudo que a compõe; é de proibir a autonomia de qualquer um dos sub conjuntos que a constituem; é de manter todos os movimentos internos, conscientes e inconscientes, que alimentam a vida social, nos limites e na direção desejadas pela sociedade (p. 180).

Já sabemos, portanto, que as sociedades primitivas não poderiam dar origem às sociedades de classe (desde que sua especificidade é justamente a de ser uma sociedade sem Estado); que os homens trabalhavam na agricultura dois meses cada quatro anos; que as mulheres ocupavam-se de praticamente todas as tarefas

produtivas e que o controle demográfico impedia situações de rompimento do equilíbrio homem-natureza. Mas, quando Clastres nos descreve as regalias do chefe – não obstante garantir que a sociedade sempre dispunha de meios de impedir os excessos do poder – a questão da opressão feminina mais uma vez se coloca pois o chefe é o homem que têm “o direito sobre um número anormal de mulheres do grupo; este em troca, tem o direito de exigir de seu chefe generosidade de bens e talento de oratória” (1974, p. 32). Em outras palavras, as mulheres participam da vida social também como valores de troca, ao estarem incluídas no conjunto de prestações e contra prestações que os homens mantêm com seu chefe. Elas são uma espécie de repouso do guerreiro e a poligamia é um prêmio para os caçadores mais eficazes.

A questão que se impõe, mais uma vez, é a de como as mulheres tornaram-se o objeto de troca em uma sociedade onde os sujeitos ativos são os homens. As explicações acerca das vantagens que o sexo masculino conquistou com a opressão da mulher são abundantes, como bem prova o recente exemplo das regalias dos chefes indígenas sul-americanos. Mas o meio utilizado é que permanece obscuro. E como toda teoria sobre a dominação supõe, necessariamente, uma referência à violência, não poderíamos deixar de pesquisá-la quando colocarmos a questão de como as mulheres foram submetidas.

Além das constantes referências de Clastres à paixão pela guerra demonstrada pelos homens dessas sociedades primitivas – Godelier também assinala a presença masculina na guerra e na religião, nas atividades simbólicas de modo geral – os estudos de Meillassoux confirmam a hipótese de que, a partir de dotes guerreiros especiais, um indivíduo pode alçar-se a uma posição de predomínio social. Cumpre notar, ademais, que existe uma relação direta entre o que poderíamos chamar de uma “taxa de guerra” – o índice guerreiro de dada sociedade – e a emergência do autoritarismo, baseado exatamente na violência. Basta lembrar que a própria manutenção dos guerreiros - nos períodos bélicos – se dá as custas do trabalho

dos não-guerreiros (as mulheres, em primeiro lugar). É por isto que a guerra favorece:

A emergência de uma autoridade vigorosa, brutal, muitas vezes cruel mas personalizada, arbitrária e obtusa (...) Se não existe um poder político institucionalizado, um Estado, aí se manifesta um poder pessoal, uma autoridade buscada, cobiçada, objeto de rivalidade. Esta autoridade (...) apoia-se sobre a Guerra, isto é, sobre a violência, a força, a astúcia, a exploração e muito frequentemente sobre a morte, como é a característica de todos os poderes de essência guerreira ou militar (MEILLASSOUX, 1975, p. 53).

É pelo monopólio da violência, afirma Meillassoux, que o sexo masculino, nestas sociedades, submeteu o feminino, explorando sua força de trabalho e sua capacidade reprodutiva. Outras categorias sociais, os velhos e os jovens, também serão submetido posteriormente. Logo, as contradições sociais internas são fruto, em grande medida, do extravasamento das artes bélicas, levando ao estabelecimento de um círculo vicioso na medida em que a guerra constitui um momento importante da afirmação da pretensa superioridade masculina:

A fonte mais apta a saciar a sede de prestígio de um guerreiro é a guerra. Ao mesmo tempo, um chefe cujo prestígio está relacionado à guerra não pode conservá-lo e reforçá-lo a não ser na guerra (...). Enquanto seu desejo de guerra corresponde à vontade geral da tribo, em particular dos jovens para os quais a guerra também é o principal meio de adquirir prestígio, enquanto que a vontade do chefe não ultrapassa a da sociedade as relações habituais entre a segunda e o primeiro se mantêm inalteradas. Mas o risco de um transbordamento do desejo da sociedade pelo de seu chefe, o risco – para este – de ir mais longe do que deveria, de sair dos limites impostos à sua função, este risco é permanente (CLASTRÉS, 1974, p. 178).

Tratar, pois, o “gosto apaixonado pela guerra” como uma espécie de impulso natural, análogo ao gosto pelo esporte, não pode ser o melhor caminho para discernir as consequências da violência institucionalizada. Qualquer sociedade que abrigue a guerra como

uma de suas atividades favorecidas arrisca – a todo o momento – não somente sucumbir pela força do inimigo externo como, também, ver voltadas para seus membros as armas que deveriam apontar somente para os de fora. E a “propensão masculina” à guerra – a menos de ser explicada como inerente a psicologia do homem – merece maiores reflexões do que sua simples constatação. Deixar, por tanto, de lado a desigualdade aonde ela aparece – recordemo-nos como Clastres se congratula pelo fato de metade da sociedade não necessitar dispendir energias em tarefas penosas pois a outra metade o faz – é tomar como dado natural o exercício da violência – qualquer que seja a forma sob a qual ela irrompe na vida social – não parece ser o melhor caminho para a compreensão da dinâmica das sociedades primitivas e, concomitantemente, das relações sociais nelas imperantes.

Cumpramos relacionar a submissão da mulher ao valor econômico, por assim dizer, que sua função maternal (a reprodutora da força de trabalho) e os seus papéis na divisão social do trabalho garantem o desvendamento dos interesses que uma fração da sociedade possa ter na subordinação de outra fração não é o bastante. Resta esclarecer como um certo tipo de dominação pode manter-se por tão longo período histórico e de maneira tão universal (pois a regra e a opressão do sexo feminino na grande maioria das sociedades passadas e contemporâneas). Não podemos descartar a questão da violência – a parteira da história – quando se trata de entender a posição social da mulher. Não nos propomos porém a defender a tese de uma continuidade lógica (de um evolucionismo vulgar) da opressão/dominação do sexo feminino para a exploração/dominação de classe pois a qualidade da dominação é distinta, em cada um destes casos. Mas a necessidade de pensarmos a realidade com categorias mais amplas – e mais criativas do que a redução de toda a contradição social a uma oposição binária, é evidente.

Dentro desta perspectiva, que coloca novas questões teóricas, destacam-se alguns trabalhos, como os de Mitchell (1971, p. 101/6),

que acentua o fato de que a pretensa menor capacidade feminina para certos tipos de trabalhos pesados, tem menos a ver com sua opressão, que com sua menor capacidade para a violência. As mulheres, em sua perspectiva, são coagidas a fazer o trabalho doméstico (o trabalho de “mulher”) mesmo quando poderiam desincumbir-se das tarefas ao cuidado dos homens. A coerção (que subentende a violência coatora) precisa, portanto, ser entendida em todas suas consequências para que a situação da mulher – seus papéis na família e na sociedade – possa efetivamente ser transformada.

II – “Família” ou “Famílias”?

Sobre o que repousa a família de nosso tempo, a família burguesa? Sobre o capital, sobre a aquisição privada. A família plenamente desenvolvida só é conhecida pela burguesia; mas ela encontra sua contrapartida na ausência de uma vida de família entre o proletariado e na prostituição pública.

Esta contrapartida, uma vez desaparecida, a família burguesa desaparecerá simultaneamente: uma e outra desaparecem com o capital. Seremos acusados de querer abolir a exploração das crianças pelos pais? Este crime: nós o confessamos.

Mas, então, dizem vocês, quereis quebrar as relações mais íntimas, colocando no lugar da educação familiar a educação social?

E vossa educação, não é ela também determinada pela sociedade? Não é ela obra das condições sociais nas quais praticais a educação, a consequência da intervenção direta ou indireta da sociedade por intermédio da escola, etc.? (...)

Os discursos dos burgueses sobre a família e a educação, sobre a doçura dos laços entre pais e filhos são tão mais repugnantes quando a grande indústria

destrói todo o laço familiar para o proletariado e transforma as crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho. (...)

Aos olhos do burguês, a mulher não é senão um instrumento de produção. Ele ouviu dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum e isto lhe bastou, é claro, para pensar que o destino da mulher será pertencer a todos.

Não lhe veio a ideia de que se trata precisamente de acabar com um estado de coisas onde as mulheres ocupam o lugar de simples instrumento de produção? (MÁRX, I, 1965, p. 178/9).

Introdução

O artigo 233 do Código Civil Brasileiro estabelece que o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. Tal princípio reflete a concepção dominante que a sociedade elabora acerca dos papéis femininos, notadamente os relacionados à posição que a mulher ocupa na família.

Enquanto as funções decorrentes de uma inserção direta na esfera pública cabem ao marido (administração dos bens, manutenção material da família, direito de fixar residência, etc.) à mulher se outorga a função de ser a companheira, consorte e colabora do chefe de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta. (Art. 240). A direção material de fato pertence ao marido pois é seu dever sustentar a família; à esposa cabe a gestão (bastante limitada pela possibilidade de interferência do marido) do orçamento doméstico (cujo montante a mulher é incompetente / impossibilitada de fixar). Dessa maneira, a direção moral da família, entendida como a tarefa de transmissão de valores (os já consagrados, conservadores), conjuntamente com a procriação, a maternidade e as tarefas relacionadas à esfera

doméstica constituem o equivalente que a mulher dá em troca do sustento material proporcionado pelo marido. Também aqui temos o caso de uma subordinação diretamente relacionada à dependência financeira, pois a mulher – dedicando-se ao trabalho “invisível” – está incapacitada de prover (em termos de recursos monetários) seu próprio sustento. A dona-de-casa é uma não profissional que trabalha muito mas continua sendo considerada como pessoa inativa.

Perante a lei, todas as famílias são iguais, da mesma maneira que iguais são as funções que a mulher deve desempenhar em seu interior. Mas, se nos detivermos mais cuidadosamente na análise da relação entre estrutura familiar e esfera econômica, veremos como essa pretensa identidade esconde diferenças substantivas quanto às funções econômicas das famílias para as duas classes fundamentais da sociedade capitalista. Na classe dominante a principal função econômica da família concerne à transmissão da propriedade privada (dos meios de produção) através da herança e a mulher – neste tipo de família – está desobrigada do trabalho doméstico propriamente dito, cabendo-lhe mais a coordenação/direção das empregadas domésticas. No caso das famílias não proprietárias (a grande maioria da população que vende sua força de trabalho para poder sobreviver), a herança não tem nenhuma importância, contrariamente ao peso fundamental do trabalho doméstico.

Se a principal determinação econômica da família é dada pela função que ela exerce aos níveis dos dominadores – a transmissão da herança, significando a reprodução/continuidade do poder econômico para uma mesma família –, para a grande maioria das famílias do país o trabalho doméstico continua sendo a função econômica mais importante.

A abordagem histórica da instituição familiar e sua relação com o processo de produção da subsistência material foi realizada por Marx, ao assinalar que a divisão social do trabalho, primitivamente, não era outra coisa senão a divisão natural do trabalho na família.

O que equivale a dizer que aquelas contradições que configurarão a história humana encontram-se já em germe na família, pois a divisão do trabalho que prevalece em seu interior:

Conduz ao mesmo tempo à repartição do trabalho e de seus produtos – distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade –, conduz portanto à propriedade, cujo o germe reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem (MARX, 1968, p. 47).

As teses antropológicas de Morgan influenciaram decisivamente a abordagem materialista, levando Engels, na *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, a assentar as bases de uma teoria marxista da família. Enquanto os socialistas utópicos, como Proudhon, definem o pacto conjugal como primeiro momento da jurisdição social, concebendo a relação entre os sexos de maneira idealista – pela afirmação de que “o homem e a mulher formam, tanto moral como fisicamente, um todo orgânico do qual as partes são complementares (...) este organismo tem por objetivo criar a Justiça (...), isto é, a civilização e todas as suas maravilhas” (MITCHELL, 1972, p. 25) – Engels relaciona o aparecimento da família nuclear monogâmica ao advento da propriedade privada e de sua transmissão através da herança. E é, pois, esta função econômica que dá a base material da estrutura familiar dominante, ou seja, a família burguesa.

A necessidade de se pensar a especificidade da família das classes dominadas (cuja função econômica, por assim dizer, não poderia ser idêntica a da família dominante) fez com que, posteriormente, os estudos de inspiração marxista se detivessem na questão do trabalho doméstico e na sua importância para a reprodução da força de trabalho. Trataremos dessa questão mais adiante. Outra vertente analítica, dentro da corrente marxista, dedicou-se principalmente à integração da teoria psicanalítica ao estudo da instituição familiar enquanto viveiro/instrumental da repressão sexual e da educação autoritária. Nesta medida, os papéis desempenhados pela mulher têm sua ênfase deslocada da esfera do trabalho doméstico (da produção

econômica, *tout court*) para a esfera ideológica da conservação/transmissão de valores conservadores, ou seja, da socialização da nova geração.

Estudos históricos mais recentes – desenvolvidos principalmente na França a partir do agora clássico *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime* de Ariés – enfatizam o caráter socialmente determinado da família moderna (burguesa), assinalando a privatização da instituição familiar ao longo da passagem do regime medieval para o sistema capitalista; o incremento das funções socializadoras para o âmbito mais restrito do “lar” burguês; a ampliação das atribuições de ordem psicológica decorrentes da maternidade e, finalmente, a estruturação da relação triangular – pai/mãe/filhos – com nítida divisão de papéis, como elementos constitutivos da família monogâmica, nuclear e patriarcal que conhecemos hoje e que é o padrão familiar socialmente dominante.

Dessa maneira, apesar da permanência de correntes que consideram a família moderna como o protótipo de instituição familiar – uma única e mesma instituição através dos séculos – a grande maioria dos estudiosos da questão está de acordo em afirmar que as funções que a família exerce são estreitamente dependentes do lugar que a família ocupa na organização social e na economia (MITCHELL, 1972, p. 72). E os papéis femininos, determinados, por sua vez, pelas funções desempenhadas pelas mulheres no interior da família, refletem esta dependência da instituição familiar à dinâmica social mais ampla.

Nesse sentido, longe estamos das sociedades sem classes, caracterizadas por uma divisão do trabalho pouco complexa e pelo entrelaçamento das diversas esferas em que se processa a vida social. A família moderna é esta da transformação das relações de produção, da passagem da agricultura para a indústria e da perda de autonomia da unidade doméstica enquanto unidade de produção. Mas é, também, o veículo transmissor das concepções dominantes; o *locus* institucionalizado das relações sexuais; o universo privado que

se contrapõe à esfera pública. Síntese de determinações oriundas de esferas tão distintas como a econômica, a afetiva, a política e a social, a família moderna corresponde a um dos eixos nevrálgicos do processo de reprodução do indivíduo, da espécie e da sociedade. E dada a separação do público e do privado e a ligação privilegiada do sexo feminino com esta última esfera, o estudo dos papéis femininos – a realidade e suas representações – necessariamente prende-se à análise da unidade familiar. O destino social da mulher, em síntese, vincula-se de forma estreita aos rumos tomados pela instituição familiar.

1 - Maternidade e Sexualidade: Mãe versus “A Outra”

Para a mulher, ser mãe é sentir-se reconhecida como útil neste papel, correspondendo às expectativas do seu companheiro. É um desejo de ver-se “realizada” perante si e perante o outro nesse papel. Ela tem necessidade de se firmar no papel, de mãe, de mostrar a sua feminilidade (ser carinhosa, orientadora, etc.) e com isso garantir a sua imagem diante desse papel através do bom desempenho do mesmo. Mostrar ao marido que foi capaz de lhe dar filhos e fazer com que ele veja sua vida e seu nome continuando de modo que ele sempre desejou. É nesse fato que nos parece estar a razão do modo de viver esse papel, e com isso consegue assegurar a sua felicidade como mulher, mãe e esposa, considerando este último o papel principal da sua vida (GUIMARÃES, 1978, p. 74).

O Deus é do sexo masculino. Quanto ao catolicismo, Jesus feito homem nunca possuiu uma mulher. “A ética fraternal da religião da salvação está em tensão profunda com a maior força irracional da vida: o amor sexual”, explica Weber (MISSE, 1979, p. 13/4).

Se procuras saber por que Deus criou a mulher, só se encontra uma razão plausível; a procriação dos filhos (AGOSTINHO, De Gen. ad. lit. XX, 3).

As maneiras pelas quais as mulheres representam sua sexualidade – como pensam seu corpo à luz da função natural da procriação e do instinto sexual (libido), são temas fundamentais para a compreensão dos papéis femininos. E, entre todos, é o papel de mãe o mais valorizado conscientemente; valorização esta que incorpora a ideologia dominante acerca da maternidade, entendida como razão suprema da própria existência da mulher, uma mulher sem filhos, por definição, é uma frustrada. Mas a paternidade, por sua vez, não inclui, entre suas características socialmente definidas, um juízo de valor sobre o destino masculino: é possível não ser pai e “realizar-se” enquanto profissional, por exemplo.

A dicotomia dos papéis femininos e masculinos no interior da família reflete, ademais, uma oposição em termos da possibilidade de integração dos diferentes papéis que cada sexo deve desempenhar em nossa sociedade. Em outras palavras, enquanto o homem desempenha o papel ativo, do provedor da subsistência, do lutador dentro da esfera pública – o “lá fora” que se opõe ao “aqui dentro” do lar – de ativo sexualmente (sinônimo de macho), de pai (encarnando a autoridade) e esposo (ao qual esta submetida a mulher). A mulher divide-se em funções que são consideradas opostas, contraditórias: para ser a esposa casta e a mãe ideal pede-se que abdique de sua sexualidade, ou melhor, que reduza sua feminilidade à passividade do amor maternal. O corpo a ser utilizado para fins reprodutivos: o sexo como atividade subordinada ao destino fisiológico, “natural” da mulher: ser mãe.

Os trechos acima citados poderiam ser classificados sob a rubrica “mitos e representações” acerca da maternidade/sexualidade. De fato, o primeiro deles resume as representações, de alunas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, acerca dos papéis da mulher casada. E é o papel de mãe – o eixo em torno do qual se articula a inserção da mulher na sociedade, como se, realmente, o ser mulher fosse sinônimo de “ser

mãe” ou, nas palavras de Ercy Parreira Guimarães (1978, p. 191/2) dois pontos se destacam nas concepções elaboradas: o primeiro é que o papel de mãe é centrípeto, e para ele tendem a convergir as imagens que se constroem sobre os papéis de esposa, dona-de-casa e profissional; o segundo ponto é que o fato de assumir um novo papel não descentraliza o de mãe. Este é o mais enfatizado.

A valorização do papel de mãe – que atinge o paroxismo na frase de Santo Agostinho – assegura a aceitação social da mulher; legitima sua presença no mundo. Mas, em contrapartida, exige a renúncia dos prazeres carnis: o ventre é para gerar e o seio para amamentar. É por isto que, no começo do século, uma tese de ginecologia e obstetrícia, intitulada *Educação Sexual da Mulher* contém a afirmação de que “com a exceção das nymphomanas, as mulheres são sem exaltação erótica, que as tornam essencialmente monogamas” (Vasconcelos, 1915, p. 47). E se as mulheres são por natureza avessas aos prazeres sexuais – o que equivale a dizer que o acoplamento é um sacrifício necessário para a procriação – os homens, devendo também sujeitar seu instinto à reprodução biológica, podem usufruir do amplexo matrimonial, unindo assim o útil ao agradável:

Qual a razão de se fragmentar a libido feminina? Por que as mulheres têm de viver com sentimento de culpa de sua sexualidade, negando-a mesmo, para poderem ser dignas de usufruir os privilégios da maternidade? E por que o adultério feminino é crime grave? “Das chagas do organismo social é a mais aviltante” (Vasconcelos, 1915, p. 49). A resposta à necessidade de uma dupla moral sexual (pois a satisfação do “macho” supõe uma parceria que seria indecente propor à mãe/esposa casta) só poderia ser a prostituição. Esta “chaga social”; este “mal necessário”, como consagra a hipocrisia oficial. E a não possibilidade de mútua satisfação sexual no casamento está intimamente relacionada à exigência da filiação legítima/legitimada. Ou seja, somente garantindo a exclusividade sobre o corpo de uma mulher é que o homem poderá estar mais seguro da paternidade da criança. Por isto a lei, até hoje, garante ao marido a primazia, anulando

o casamento se for constatado, em prazo hábil, o desvirginamento prévio da esposa. E, com mais razão, dentro da ótica dominante, e por isto que se exige de fato a monogamia por parte da mulher, fechando-se os olhos com cumplicidade para as “puladas de muro” do homem.

Espera-se que a mulher realize-se enquanto mãe; que viva aí seus momentos de triunfo: as delícias da amamentação, o prazer de abdicar, de entregar-se com dedicação a satisfação das necessidades do rebento. E as mulheres respondem à expectativa dominante realizando-se na maternidade. Suas representações acerca desta função são de caráter valorativo; sua autoestima cresce do momento em que podem responder à exigência social de procriar um herdeiro, de dar ao homem o seu sucessor em nome e patrimônio. O interesse na repressão sexual, portanto, está diretamente relacionado ao controle da mulher e de sua prole “legítima”. Porque, como argumentava Reich (1972, p. 141), só a forma de empresa privada da sociedade é que tem interesse na repressão sexual da sociedade e dela precisa para a manutenção de duas Instituições que lhes são básicas: o casamento monogâmico permanente e a família patriarcal. Com o advento dos anticoncepcionais de massa, como nota De Beauvoir, estão preenchidas as condições para a separação de fato entre procriação e sexualidade, ou dito de outra maneira, entre ato sexual para fins reprodutivos e para fins exclusivamente sensuais. Nesse sentido, criam-se as bases para uma reintegração da sexualidade feminina ao corpo monopolizado pela função procriativa: as mulheres podem praticar o sexo sem correr o risco (em princípio) de gerar e/ou engravidar um filho ilegítimo. As chamadas “consequências fatais” para o sexo feminino – do ato sexual – estão agora sobre o controle dos anticoncepcionais. É o que explica, em grande medida, a relativa desculpabilização – a anistia parcial – que o sexo vem sofrendo também para as “mães de família”; a dessublimação repressiva, para utilizar a fórmula de Marcuse, da sexualidade feminina.

E a questão da utilização social do corpo feminino e do masculino – a fixação do campo de ação e das condições em que o indivíduo faz um determinado tipo de uso do seu corpo – adiciona-se esta da qualidade do discurso sobre os corpos e de sua utilização permitida e/ou estimulada pela sociedade. Pois o discurso é sempre revelador de um dado *status quo*, mesmo quando não passa de um não discurso, de silêncio sobre um dado tema. E o sexo tem sido objeto de diferentes níveis de discurso a partir, principalmente, do século passado, segundo Foucault:

Assim, processou-se a *histerização do corpo da mulher*: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser o elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir), através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação: a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização (FOUCAULT, 1977, p. 99).

A análise de Foucault é extremamente rica por incorporar o conhecimento – e o reconhecimento – das práticas médicas, cada vez mais especializadas em torno de “saberes científicos” específicos: a infância (o pediatra; o psicólogo infantil, etc.); a procriação (o obstetra, o ginecologista) etc., ao estudo da teoria e da prática que nossa sociedade vem desenvolvendo acerca do corpo humano, em geral, e da sexualidade, em particular. Nesse sentido, dá continuidade ao estudo de Boltansky (1977) acerca do sentido histórico do aparecimento de algumas Ciências – ou para ciências – como, por exemplo, a “puericultura”. Por volta do fim do século passado, ressalta Boltansky, aparece este *savoir-faire* específico, que termina por se organizar em torno de alguns princípios fundamentais – formando

um corpo coerente de conhecimentos teóricos e de regras práticas enfim, constituindo-se em um saber autônomo cuja presença, entretanto, responde principalmente a uma lógica de dominação de classe, a um novo campo através do qual o capital vai subordinar o trabalho.

Normas higiênicas e médicas, disciplinamento do corpo e da mente, regras prontas para as diversas situações e fases da vida: transformação e passagem de um discurso normativo baseado na moral, como, por exemplo, a católica que culpabilizava o sexo não reprodutivo, para um discurso que se apoia no saber e na experiência de caráter médico/científica. A domesticação da classe operária – e da mulher no seu interior – constitui o objetivo, o projeto comum que esta por trás da instituição escolar e da instituição médica, solidárias com “toda uma ideologia da ordem e da desordem, da civilização e da selvageria, e por isto mesmo de uma representação particular das classes populares e de seu destino” (BOLTANSKY, 1977, p. 15).

A redução da família ao triângulo pai/mãe/filhos, a perda da autonomia da produção doméstica, a privatização da vida familiar, em uma palavra, constituem momentos da passagem a família burguesa como modelo dominante. Essas modificações espelham-se na própria arquitetura das cidades, com a “individualização” do espaço dentro das casas e com o levantamento de muros que isolem estas últimas do “mundo externo”. Ariès (1973, p. XVI) comenta que é ao final do século XVII – segundo fontes francesas – que se situa a retirada da família da rua, da praça, da vida coletiva e seu recolhimento no interior de uma casa melhor defendida contra os intrusos, melhor preparada para a intimidade. Esta nova organização do espaço privado foi obtida pela independência das peças que se comunicavam entre si através de um corredor (no lugar de abrir sobre a outra, em fileira) e pela especialização funcional (sala de visita, sala de jantar, quarto...)”.

Ademais dessas transformações – da estrutura da casa à estrutura da família – que privatizam e domesticam a unidade

familiar (agora, cada vez mais seguindo o padrão nuclear) outras processam-se em sentido diverso. Em outras, palavras, a separação que se processa entre o público e o privado, com a passagem das atividades produtivas para as grandes unidades manufatureiras, expropriando a casa de sua antiga função de unidade de produção refere-se à penetração do capital em todos os poros da sociedade: ele transforma a economia e a sociedade a sua imagem e semelhança. Mas a privatização, a individualização, por assim dizer, da vida familiar (o paraíso do lar contrapondo-se ao inferno do mundo externo...) não caminha no sentido de aumentar a margem de autonomia individual. De fato, observa-se um processo bem distinto que diz respeito à crescente influência dos “saberes” de ordem médica, psicológica, etc. e de novas instituições – “aparelhos ideológicos do Estado”, para utilizar a fórmula de Gramsci, retomada por Althusser, sobre um número cada vez maior de esferas da vida cotidiana. A própria amamentação – e temos aí um bom índice do grau de intervencionismo na vida privada – deixa de ser um ato natural, “o dar o peito”, para ser submetida à prescrições, normas e discursos cada vez mais complexos.

Privatização da vida familiar e universalização das normas de conduta doméstica: eis dois processos simultâneos. A sociedade burguesa não acirra a dicotomia público/privado visando preservar a autonomia do indivíduo, mas, sim, de disciplinar todo o corpo social à lógica da acumulação capitalista, ao império da taxa de lucro. É isto que o estudo de Jurandir Freire Costa, sobre a introdução da medicina social, revela:

A partir da terceira década do século passado, a família passou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida das crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio, os indivíduos

aprenderiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais. Retrospectivamente, no entanto, nota-se que a ação desta pedagogia médica extravasou os limites da saúde individual. A higiene, enquanto alternava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu, junto com outras instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear característica dos nossos tempos. Converteu, além do mais, os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insígnias de classe social. A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regalada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa. Mediante esta tática, a vida privada dos indivíduos foi atrelada ao destino político de uma determinada classe social, a burguesia, de duas maneiras historicamente inéditas. Por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais (COSTA, 1979, p. 12/3).

Eis alguns elementos da gênese da família burguesa; fatos que dizem respeito às condições necessárias para a completa transformação da sociedade à racionalidade burguesa. Neste sentido, a maternidade, assim como o espaço socialmente legitimado em que se processa a satisfação das necessidades sexuais, não deixa de ser uma criação cultural: a forma pela qual a sociedade burguesa pensa e representa a função biológica da procriação, envolvendo-a de preceitos, desdobramentos (a mãe como educadora) e conseqüências (a fixação – na figura materna de um determinado comportamento pisco-afetivo) absolutamente desvinculadas do ato fisiológico mas que, por efeito da ideologia dominante, passam a integrar o papel de mãe.

“Ser mãe,” portanto, é uma noção culturalmente construída que envolve muito mais do que o simples ato biológico da reprodução

e está diretamente relacionada ao espaço que a mulher ocupa – os papéis que desempenha – dentro da atual estrutura familiar. Assim, por um lado, a reprodução constitui para a mulher aquilo que o trabalho é para o homem: uma atividade criadora, levando Mitchell (1967, p. 20) a assinalar que a maternidade se torna uma espécie de substitutivo para o trabalho, uma atividade em que a criança é vista como um objetivo criado pela mãe, da mesma maneira que um bem é criado por um operário. Por outro lado, como o “ser mãe” engloba a socialização primeira/educação das crianças, a relação privilegiada da mulher com a prole influi decisivamente na reprodução da assimetria sexual e nos padrões de estrutura afetiva diferenciados segundo o sexo:

O papel da mulher na família centrou-se no cuidado das crianças e do homem. Esse papel envolve mais do que o trabalho físico (...) O período inicial do capitalismo nos Estados Unidos produziu a Ideologia da “mãe e moral”. As mães burguesas deveriam atuar como modelos morais nutrizas para suas crianças e como apoios e galas morais para os maridos, em seu retorno do imoral e competitivo mundo do trabalho. (...) Atualmente, espera-se que as mulheres de todas as classes atuem como nutrizas e como apoio para os maridos, além de fornecer-lhes a comida feita e a casa limpa. (...) O maternar (Women’s mothering) se reproduz ciclicamente. As mulheres, enquanto mães, produzem filhas com capacidade de “maternar (mothering capacities) e o desejo de sê-lo (desire to mother). Essa capacidade e necessidade são construídas e desenvolvem-se dentro da própria relação mãe-filha. Contratualmente, as mulheres, enquanto mães (e os homens enquanto não-mães) produzem filhos cujas necessidades e capacidades nutrientes têm sido sistematicamente cortada e reprimida. Isso prepara o homem para seu futuro papel menos afetivo na família e para sua participação fundamentalmente impessoal e extra-familiar na divisão do trabalho, na qual as mulheres são mães e estão mais envolvidas nas relações interpessoais do que os homens, o que produz nos filhos e nas filhas uma divisão em suas capacidades psicológicas, conduzindo a reprodução desta divisão sexual e familiar do trabalho (CHODOROW, 1978, p. 5 e 7).

A importância da “carga psicológica” que a mulher carrega, tornando-a uma espécie de doadora universal de “calor humano”, tem sido também descrita em romances – diríamos até que melhor descrita, se pensarmos nas personagens de Virginia Woolf e Dóris Lessing, por exemplo. Arakcy Martins Rodrigues (1978, p. 95) observa o processo de recíprocos jogos de projeções e introjeções que impede que as mulheres vivam sua “masculinidade e os homens sua feminilidade”. Cita Sônia Azambuja que afirma: “na vida mental não ha sexo”. Na realidade, só pode haver esta dicotomia entre masculino e feminino no mundo social, na medida em que o Ser humano se parte. E a mulher, quando penetra no mundo masculino do trabalho extrafamiliar, tende a transferir a relação sexual/social entre homem e mulher que vive cotidianamente em casa (filha versus pai; irmã versus irmão; mulher versus marido) para a fábrica ou qualquer que seja seu local de trabalho. Assim, aparece a “docilidade da mulher no trabalho” – a maior autoridade patronal exercendo-se sobre a mão de obra feminina – detectada nas pesquisas de Heleieth Saffioti, Eva Blay, Jessita Martins Rodrigues e outras.

A grande prescrição social relativamente aos papéis femininos situa-se, portanto, no “ser mãe”, o eixo da posição social da mulher e sua relação com o ato procriativo. Por isto a conquista de uma identidade feminina é uma tarefa tão árdua e demorada, “olha, eu acho que a mulher é uma coisa tão difícil de explicar...”. (Neusa, 40 anos, enfermeira) é uma das frases selecionadas no trabalho de Branca Moreira Alves et alii (1979, p. 172) no capítulo que trata da identidade feminina. Ela chega à conclusão de que a identidade feminina se constrói num processo onde há pouca diferenciação entre ela mesma e as diferentes figuras de sua vida, com as quais se confunde. A história que uma mulher relata é a história de sua mãe, de seu marido, da sua casa, do seu trabalho. Representa-se, de forma fragmentada, sendo difícil para ela ter um sentimento claro da sua própria identidade.

O resultado das entrevistas que realizamos com mulheres de um clube de mães de Osasco, em São Paulo (no segundo semestre de 1978), buscando aferir o impacto das revistas femininas e das telenovelas nas representações femininas e com mulheres de classe média dos bairros residenciais da cidade de São Paulo, permite a comprovação da dificuldade da mulher em entender assumir sua identidade; o mal estar denunciado por Betty Friedman (1971, p. 27): “esta voz interior que repete dentro de cada mulher: ‘um marido, filhos e uma casa não bastam. Tenho necessidade de outra coisa’”.

As mulheres que entrevistamos – vivendo situações sociais muito distintas – eram todas casadas e compartilhavam, em sua esmagadora maioria, de um estado de espírito que poderia ser definido na seguinte expressão: frustração frente à vida. O mal estar indefinível de Friedman aparece no discurso das jovens sob a forma de angustiosa e pouco otimista perspectiva para o futuro (quase como uma intuição daquilo que para as mais velhas é uma certeza). Nas mulheres de mais de 30 anos – aquelas mesmas às quais Freud se referia como possuidoras de uma extrema rigidez psíquica, comparativamente muito maior do que a dos homens da mesma idade, rigidez esta que ele atribuía ao pesado tributo que a mulher tem de pagar para alcançar a normalidade sexual – enfim, nas mulheres que atingiram 30 anos, a amargura e o ressentimento mesclam-se à generosidade e ao desprendimento, próprios às “doadoras de calor humano”. Os discursos são sempre acompanhados pela tenebrosa e simbólica confissão: “sou nervosa”; “não sei porque choro à toa”; “sofro dos nervos”.

O depoimento de Lindonéia da Silva, então com 28 anos (*Nós Mulheres*, n. 1, 1976), internada pela terceira vez no Hospital Psiquiátrico de São Paulo, é eloquente na comprovação do “feminino” de certos problemas psíquicos. Ela, classificada como “psicótica maníaco-depressiva”, conta que:

Eu acho que fiquei doente assim foi de remorso porque estava grávida da Amparo, eu desprezava muito o meu marido na cama, rejeitava ele toda noite, ele que é tão bom para mim (...) Disse até que vai comprar um carro para nós passear quando eu ficar boa. Agora eu não rejeito mais ele, que eu sou a esposa e cumpro o que se deve fazer, toda vez que ele quer. Mas gostar não gosto não. Tenho medo de pegar outro filho, e de medo fico constrangida, e depois não gosto muito de fazer estas coisas, tenho até nojo, só aceito mesmo por dever, eu expliquei isto para as enfermeiras – o que eu sinto é pena dele, então é só por fingimento que to gostando e pronto, ele fica feliz. Só que acho que ele é demais, não precisava tantas vezes assim. Uma noite antes de eu ficar ruim dessa última vez, ele me procurou três vezes, eu tive de voltar para cá. Agora fica as outras me dizendo que é pra eu deixar o Dito e eu fico contente, mas isso eu não tenho coragem de fazer não.

A pobreza da vida afetiva – quando não a violência sexual, sofrida por Lindonéia e outras companheiras de sexo – soma-se à aridez das tarefas daquelas que se dedicam em tempo integral ao lar. Freud, na sugestiva análise que faz do caso Dora, refere-se à “psicose da dona-de-casa”, normal (para ele) e sempre presente nas mulheres que se dedicam a este mister e, outras vezes, anormal (segundo ele) quando se transforma em “neurose obsessiva”.

Lavar, arrumar, limpar, fazer comida, sentir-se impotente para melhorar a vida da família, pois é o marido quem “traz o salário”; casar “iludida”; não ter prazer no ato sexual ou mesmo odiá-lo (depoimentos colhidos por ocasião do 1º Congresso da Mulher Paulista, realizado nos dias 3 e 4 de março de 1979, comprovam eloquentemente a frequência deste tipo de discurso) por temor a uma gravidez indesejada, por preconceito, moralismo, parceiro inadequado, quarto compartilhado com outros membros da família além do casal; cuidar das crianças, projetar-se no futuro dos filhos; abdicar de gratificações pessoais; sonhar de olhos abertos; ficar nervosa; sofrer de palpitações e “daquele sufoco aqui na garganta”; também por este prisma pode ser resumido o cotidiano de uma dona-de-casa.

O discurso difícil, as vezes incoerente, reflete as dificuldades de uma realidade ainda mais fragmentada, contraditória e nebulosa.

Nas já citadas entrevistas de Arakcy Martins Rodrigues (1979, p. 111/12) com alguns operários em São Paulo, a autora formula as seguintes observações, que nos parecem válidas para sintetizar o ponto de vista de muitos dos que vivem situação análoga a de migrantes aspirando melhoria social:

Seus recursos cognitivos não lhes permite analisar a viabilidade das metas de maneira mais ou menos eficiente; um cálculo mais correto da situação levaria, de resto, ao desespero. Relutam em perceber algum engano que possam ter cometido: migraram para melhorar, logo as coisas estão melhorando, logo vão melhorar ainda mais no futuro. O universo objetivo e o cognitivo não oferecem alternativas de solução. Mais uma vez, é a nível emocional e inconsciente, no inter jogo de atribuições, apropriações e doações, que todas as alternativas irão se realizar.

As mulheres referem-se à felicidade de maneira ambígua, ou seja, apontam ao mesmo tempo em que negam sua existência. O silêncio oficial acerca do assunto (afora seu tratamento do ponto de vista médico) dentro das quatro paredes do lar, somado à rigidez religiosa quanto ao sexo e os preconceitos secularmente acumulados, não deixa de ser o índice da ideologia dominante, o discurso da moral dominante, “Meu casamento foi uma decepção, mas é porque todo o casamento é assim mesmo, eu é que era ingênua e iludida quando me casei”. O amor? “Coisa de jovem, ilusão da gente. Com o tempo a gente vê que isto também não importa, hoje, eu rezo e para ter saúde”. Como é a relação do casal, perguntamos a D. Ana. “Mais ou menos. Agora que os filhos estão criados a gente acaba de carregar a cruz” e explica que “casei para fugir, e encontrei uma realidade ainda mais dura”. Ela diz que o marido a maltrata e que a coisa mais importante para o casamento “é o amor, em primeiro lugar. Mas os homens são egoístas no ato sexual. A coisa que eu mais queria é que meu marido não me procurasse mais.” Mais adiante, suspira: “Ah!

Eu gostaria de conhecer o diferente, descobrir coisas que não sei. O que a gente conhece vira rotina”. Pecado? “É uma mulher que trai o marido”.

A maneira pela qual as mulheres vivem seu papel de mãe não encontra ressonância ou semelhança na vivência masculina da paternidade: “ser mãe é uma criação social que associa, transfigurando, um ato fisiológico/natural a um papel, tão absorvente e totalizador (a maternidade), que tem o poder de sobredeterminar toda a ação/ inserção da mulher na sociedade. A paternidade, no entanto, é uma opção psicológica: uma emoção a mais que o homem pode conhecer. Nossa sociedade, assim, asfixia, quando não deforma ou paralisa, a afetividade/sexualidade de ambos os sexos, privando o homem do desenvolvimento de sentimentos amorosos em relação aos filhos, ao mesmo tempo em que reprime a sexualidade feminina, tentando contê-la nos limites do ato procriativo. A mãe, desta maneira, projeta para sua prole os sonhos e projetos não vividos, deixados de lado em nome das tarefas materno-domésticas; a esposa não consegue corresponder a expectativa do marido, na medida que enfrenta, na prática, uma contradição entre as regras morais que lhe ensinaram e seus próprios meios, não sabendo mais agir em um mundo que rapidamente se transforma, reformulando a própria concepção de maternidade.

2 – Trabalho Doméstico, produção doméstica: a dona-de-casa

Lavar, passar, varrer, descobrir os flocos de poeira escondidos sob a noite dos armários, é recusar a vida, embora detendo a morte: pois num só movimento o tempo cria e destrói; a dona de casa só apreende o aspecto negativo. Sua atitude é maniqueísta. A característica do maniqueísmo não é somente reconhecer dois princípios, um bom e outro mal: é afirmar que o bem se alcança pela abolição do mal e não através de um movimento positivo; nesse sentido, o cristianismo é muito pouco maniqueísta apesar do diabo, porque

é dedicando-se a Deus que melhor se combate o demônio e não se ocupando deste para vencê-lo. Toda doutrina da transcendência e da liberdade subordina a derrota do mal ao progresso para o bem. Mas a mulher não é chamada a edificar um mundo melhor; à casa, o quarto, a roupa suja, o assoalho são coisas inatas: a única coisa que ela pode é expulsar os princípios maus que nela se introduzem; ela ataca a poeira, as manchas, a lama, a imundície; combate o pecado, luta contra Satã. Mas é um triste destino ter de rechaçar continuamente o inimigo, ao invés de se voltar para metas positivas; amiúde, a dona de casa suporta-o com ódio (DE BEAUVOIR, 1960, p. 20).

Em todo o meu desbunde sempre tinha um lado que eu tinha que segurar assim coisas objetivas: casa, empregada, babá, colégio (...) Mesmo nas maiores pirações, minhas: fase de drogas, fase de tudo (...) sempre tinha que ficar lúcida, lavar a cara e levar as crianças para o colégio, sabe? Quer dizer, nesse nível, eu dei assistência, embora a minha cabeça não desse para eu dar muito mais do que isso, mas, sabe? Segurar a barra mesmo, no sentido de não despirocar mesmo. Tinha o negócio de voltar para casa, saca? Voltar para casa, segurar a cabeça e aí ver se a vida tá indo, e voltar, sabe? Eu fiquei meio dividida, sabe (...) (MOREIRA ALVES et alii, 1979, p. 154).

Frente a esses relatos conclui-se que os serviços domésticos continuem ainda segregados, apesar de serem desempenhados de um modo diferente por parte das mulheres. Embora os maridos declarem ajudar as esposas ‘quando faltam empregadas’, ‘quando ela está sobrecarregada de serviços’, ‘quando solicitados’, etc., esses serviços não deixaram de ser vistos como ‘próprios das mulheres’ e, sendo assim, eles, ao contribuírem para o seu desempenho, o fazem com certa tensão, e sempre demonstrando um certo grau de insatisfação (GÜIMARÃES, 1978, p. 159/60).

Assim, o trabalho que a mulher executa no interior do lar não lhe confere autonomia; não é diretamente útil à coletividade, não desemboca no futuro, não produz nada. Só adquire seu sentido e sua dignidade se é integrada à existências que se ultrapassam para a sociedade na produção ou na ação: isto significa que, longe de libertar a matrona, ele a coloca na dependência do marido e dos filhos; e através deles que ela se justifica: em sua vida;

ela é apenas mediação inessencial (De Beauvoir, 196, II, p. 210).

Enfim, deve-se lembrar que nas sociedades primitivas a mulher tem uma importância decisiva na manutenção das comunidades por suas funções reprodutivas e econômicas, e, essa importância impõe à sociedade o controle do acesso às mulheres. Mas tal controle é sempre exercido pelos homens. A relação entre os sexos nas sociedades primitivas é por conseguinte fundamentalmente assimétrica e não-recíproca. A reciprocidade existe apenas entre os homens (GODELIER, 1970, p. 173).

A situação entre os Lele (e entre os Mbuti) é a mesma da grande maioria das tradicionais sociedades africanas: o trabalho realizado pela mulher é essencial para a sobrevivência econômica da sociedade. A despeito da alocação ritual de algumas tarefas aos homens e outras para as mulheres, o trabalho é igual em status e importância. O trabalho das mulheres afasta-as do vilarejo tanto quanto o trabalho dos homens obriga-os a permanecer no seu interior. Não é possível traçar, uma linha demarcatória entre trabalho doméstico e trabalho economicamente produtivo: “trabalho” e “casa” estão integrados à vida total da cultura (OAKLEY, 1976, p. 13).

Esta seleção de textos é indicada as dificuldades em se estabelecer verdades absolutas quanto à situação da mulher nas diversas sociedades contemporâneas. Se a oposição trabalho doméstico versus trabalho remunerado constitui, hoje, a principal característica da relação da mulher com o trabalho (refletindo também, ao mesmo tempo, a dicotomia entre trabalho e unidade doméstica e entre público e privado) esta realidade está longe de constituir regra universal, como bem demonstram os exemplos de sociedades africanas (os Mbuti e os Lele). Mesmo a clássica explicação, de que a mulher permanece nos limites do lar por uma fatalidade biológica (gravidez e amamentação), torna-se bastante relativa quando deparamos com situações onde é o homem que

permanece trabalhando dentro do espaço domesticado, enquanto a mulher exerce suas atividades fora dos limites da comunidade.

Com o predomínio da família nuclear e da divisão do trabalho capitalista a vivência do papel de dona-de-casa passa a representar uma experiência quase que universal para as mulheres. Já fizemos referência às consequências psicológicas do isolamento dentro de casa sofrido pela dona-de-casa. Através dos depoimentos colhidos em 1978, junto à operárias do setor de eletrodomésticos de São Paulo, entendi como, em alguns casos, permanecer mais de oito horas diárias numa fábrica, repetindo os mesmos gestos mecânicos, frente a um tear ou a uma máquina, pode parecer uma ocupação razoável. Ela permite, ao menos, que o valor da força de trabalho seja reconhecido, diferentemente da descaracterização do esforço realizado com as tarefas domésticas. As operárias demonstram orgulho de sua condição laboral, enquanto as empregadas domésticas ainda enfrentam relações semi servis de trabalho. E são estas considerações que explicam a importância atribuída à incorporação da mulher ao trabalho remunerado assim como ao reconhecimento social do trabalho doméstico, tal como aparece em todas as plataformas feministas.

Assim, as funções desempenhadas pela mulher no interior da família – relacionadas à maternidade e à produção de bens e serviços – conferem universalidade a situação vivida pelo sexo feminino em diferentes sociedades do mundo capitalista. Pois no momento em que é rompida a unidade entre família e unidade de produção – com a emergência da produção mercantil e a progressiva industrialização de todos os ramos produtivos – processa-se também o divórcio entre “privado” e “público”. Mais ainda, redefine-se – tanto ao nível das leis econômicas quanto ao nível da representação social – a própria questão do “trabalho”. Confirmando o ponto de vista daqueles que entendem ser mais importante, para a caracterização de uma dada sociedade, o conhecimento do modo como são produzidos os bens econômicos do que propriamente conhecer o que é produzido, sob

o capitalismo vemos a mesma espécie de produção – quanto ao seu valor de uso – ser contabilizada como “trabalho” ou “não trabalho”, segundo seja realizada remuneradamente ou não.

A transferência da unidade produtiva da casa (da família) para a empresa levou, portanto, à transformação progressiva do caráter da família nas sociedades industriais. Ao mesmo tempo, determinou modificações nas relações das mulheres com as atividades criadoras de riqueza material. Pois desde que os produtos da atividade humana passaram a ser mercadorias, valorizadas segundo uma escala de preços monetários, as atividades que permaneceram como “trabalho doméstico” ou “produção doméstica” – variando em extensão segundo o grau de desenvolvimento industrial, as relações de produção dominantes, as tradições culturais, etc. – foram perdendo sua conotação econômica, terminando por serem vistas como uma espécie de prolongamento “biológico” do sexo feminino. Como o “ser mulher” incluísse necessariamente o “ser dona-de-casa”.

A importância da determinação do caráter do trabalho doméstico diz respeito, ademais da caracterização de um papel feminino fundamental, à própria definição das funções econômicas da família em nossa sociedade. O fato da herança favorecer um número muito limitado de pessoas levou com que muitos estudiosos buscassem as razões de existência da instituição familiar em outras esferas da realidade. Juliet Mitchell, uma das pioneiras do feminismo da década dos 60, termina por afirmar que a família relaciona-se com a esfera da produção através de sua função de produzir “um setor de consumo de massa”, reduzindo a unidade familiar ao espaço do consumo. Ao mesmo tempo, a autora privilegia a função ideológica da família, de maneira análoga a Reich, ao defini-la como “encarnação das noções as mais conservadoras possíveis” desde que sua “função verdadeira é impedir toda a transformação” (MITCHELL, 1974, p. 198):

É interessante notar, neste sentido, as oscilações sofridas pelos estudos de inspiração marxista no tocante as funções da família, em

torno destes dois polos: empresa econômica ou empresa ideológica. A própria definição das funções econômicas da família privilegia ora as características econômicas da unidade familiar camponesa – quando se pode falar adequadamente de “modo de produção doméstico”-; ora restringe-se à transmissão da propriedade privada através da herança, ou, finalmente, focaliza sua importância estratégica no processo de reprodução da força de trabalho.

A análise da família realizada no Manifesto Comunista deixa bem claro como os fundadores do materialismo histórico não viam condições de desenvolvimento de uma vida familiar estável para a classe operária, dadas as condições miseráveis de vida e de trabalho sofridas pelo proletariado inglês ao final do século passado. Assim, quando apregoavam o “fim da família” estavam, principalmente, atacando a moral sexual burguesa, a monogamia imposta e a herança pois a família operária já estaria em extinção. Reich, o primeiro psicanalista a pensar o inconsciente do ponto de vista marxista, combateu o economicismo e o politicismo imperante no movimento comunista internacional através de estudos sobre a psicologia de massas e as formas autoritárias de governo, mostrando como a ideologia conservadora e a moral sexual repressiva criam indivíduos psicologicamente deformados e sempre prontos a se comportarem com a mesma violência e intolerância de seus líderes, tal como sucedeu com o nazismo. Afirmando que o capitalismo foi acompanhado por modificações na função da família, pois a mulher incorporou-se à produção social, Reich acentua “sua, função cardinal, mantida e defendida pela ciência e pelo direito conservadores: trata-se de seu papel de fábrica de ideologias autoritárias e de estrutura mentais conservadoras” (1970, p. 132).

Frente à evidência de que o trabalho doméstico e a família operária continuavam existindo, que a jornada de trabalho de oito horas permitia que as mulheres pudessem servir ao capital sem descuidar dos serviços da família, as principais interessadas na questão – as mulheres- voltaram-se para o estudo deste aparente enigma:

não obstante o predomínio das relações capitalistas de produção, outros tipos de relações econômicas persistiam sem darem mostras de disposição à extinção. Foi assim que a teoria marxista da família voltou-se para o estudo do trabalho doméstico não remunerado. Em artigo intitulado *Para uma economia política da libertação da mulher*, Margaret Benston colocou em questão a marginalidade do trabalho doméstico. Além de defendermos a incorporação da mulher ao mercado de trabalho remunerado é preciso também, acentua, acabar com a mistificação de que o trabalho doméstico é uma obsolescência no capitalismo. Utilizando-se da famosa distinção realizada por Marx a propósito do trabalho produtivo e do improdutivo, Benston (1975, p. 2) argumenta que “em quantidades absolutas, o trabalho doméstico, que inclui a educação das crianças, constitui uma parcela enorme da produção socialmente necessária. Entretanto, numa sociedade baseada na produção de mercadorias, não é considerado comumente como ‘um trabalho real’ porque ele está fora da troca e do mercado, ele é pré capitalista no sentido exato da palavra. A atribuição do trabalho doméstico como função de uma categoria especial, ‘as mulheres’, significa que esse grupo tem em realidade uma relação com a produção, mas uma relação diversa do grupo ‘homens’. Tentaremos então definir as mulheres como “um grupo responsável pela produção de valores de uso simples nas atividades ligadas à casa e à família”.

A integração da problemática do trabalho doméstico à da reprodução da força de trabalho permitiu, por sua vez, uma compreensão mais clara das características assumidas pela opressão da mulher no capitalismo. Em outras palavras, o fato do salário não garantir a compra de todos os bens e serviços necessários para a reposição da classe operária, exigindo além da jornada remunerada outros dispêndios de energia para garantir viva sua força de trabalho, terminou por levar não somente à nomeação do trabalho doméstico (ele tornou-se um pouco mais visível) como à redefinição das funções da família operária. Meillassoux, por exemplo, critica os estudos

que desconsideram a questão da base econômica da família, por relacioná-la exclusivamente a herança, argumentando que:

Nos meios populares a família perpetua-se segundo o modelo ético e no quadro ideológico e jurídico imposto pela classe dominante pois ela permanece a instituição no interior da qual nascem, se alimentam e se educam as crianças, graças ao trabalho gratuito dos pais, sobretudo o da mãe. Ela permanece o lugar de produção e reprodução da força de trabalho. Apesar de privada de qualquer outra função produtiva encontramos na família conjugal o mesmo paradoxo de uma associação orgânica de relações domésticas de reprodução e de relações capitalistas de produção (1975, p. 214).

Assim, o trabalho doméstico começa a ter desvendada sua lógica e o segredo de sua persistência (por mais que uma certa tecnologia e novos hábitos de consumo possam implicar na modificação de certas tarefas sua natureza essencial permanece a mesma), e com o artigo de Seccombe (1973) coloca-se mesmo a questão de quantificá-lo. Este autor, partindo da definição marxista de salário, argumenta que o salário do operário é composto por duas parcelas: a primeira concerne à reposição de sua própria força de trabalho e a segunda é o pagamento da esposa pelo trabalho doméstico que ela realizou, tornando possível a reprodução da força de trabalho masculina. E sugere que a determinação do preço da força de trabalho da mulher, por sua vez, seja realizada como para qualquer outra mercadoria, isto é, pelos gastos de produção desta força. A crítica que se pode fazer à Seccombe no entanto, é de desconsiderar as categorias centrais do capitalismo que impedem, justamente, que se possa comparar produtos produzidos de modo tão distinto. Em outras palavras, para se falar em mercadoria é preciso falar em preço e lucro médio, em concorrência entre as diversas parcelas em que se constitui o capital social total (que permite a manifestação da equalização da taxa de lucro) e, finalmente, em aumento da produtividade do trabalho (nunca é demais esquecer que a maneira capitalista de se extrair excedente é através da mais-valia relativa).

Ora, todas estas características não existem na produção doméstica em que a executora controla o processo de trabalho, não estando diretamente submetida ao regime de trabalho capitalista.

Desta maneira, a questão – do ponto de vista do materialismo histórico – não se resume ao exclusivo aspecto (ressaltado principalmente pelas norte-americanas, cuja formação teórica não incorpora de maneira rigorosa a dialética) do processo de circulação das mercadorias (ou seja, sua entrada no mercado) mas, fundamentalmente da lógica que obedeceu sua produção; do modo em que foi criado. Impossível, portanto, comparar a determinação do valor da força de trabalho da dona-de-casa com a do operário. Mais profícuo do que isto talvez seja entender a dinâmica que o relaciona ao processo de produção capitalista. Mas, por outro lado, entende-se as razões que levaram Seccombe e outras a privilegiarem uma teoria do trabalho doméstico que tenta reduzir ao mesmo denominador comum – a exploração pelo capital através do salário – todas as formas de trabalho criadas pela vida real. Só igualando a exploração da mulher pelo homem à exploração do trabalho pelo capital é que as intelectuais feministas abriram espaço para o trabalho doméstico enquanto problematização de uma realidade importante para o conjunto da sociedade.

3 – Mulher e Trabalho

A referência constante à vida familiar impregna todas as atribuições e: alternativas profissionais que se apresentam para as mulheres. Já a edição comemorativa da abertura de cursos para mulher no liceu de Artes e Ofícios, em 1881, justificava a necessidade de instrução feminina “para que a filha seja obediente, a esposa fiel, a mulher exemplar” (*POLYANTHEIA*, 1881, p. 19). Posteriormente, a lei de 1911, que criava as escolas profissionais, determinava que o ensino de artes e ofícios fosse dado aos alunos do sexo masculino,

reservando o ensino de “economia doméstica e prendas manuais às alunas do sexo feminino”. Desta maneira, as mulheres praticamente só tinham acesso às pouco valorizadas categorias profissionais “femininas” que, não por coincidência, permaneciam à margem das necessidades de mão de obra diretamente vinculadas aos setores de ponta do processo de acumulação industrial. O quadro abaixo expõe, sinteticamente, a concentração que prevalece atualmente em termos da presença feminina em algumas poucas ocupações:

Quadro A
Distribuição da população economicamente ativa Feminina
por algumas ocupações específicas no Brasil, 1970

| OCUPAÇÕES ESPECÍFICAS | NÚMERO ABSOLUTO | PER- CENTA- GEM |
|------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Empregadas Domésticas Lavadeiras | 1 898 545 | 30,9 |
| Camponesas | 1 134 546 | 18,4 |
| Professoras Primárias | 535 494 | 8,7 |
| Funções Burocráticas de Escritório | 489 395 | 7,9 |
| Costureiras e Bordadeiras | 364 304 | 6,5 |
| Balconistas e Entregadoras | 193 187 | 3,1 |
| Serventes | 143 883 | 2,3 |
| Enfermeiras não Diplomadas | 107 906 | 1,8 |
| Tecelãs | 62 308 | 1,0 |
| Outras Ocupações | 1 200 187 | 19,5 |
| TOTAL | 6 165 447 | 100,0 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico-Brasil, 1970. Apud Saffioti, o trabalho Fe-minino Sob o Capitalismo Dependente, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1978.

É neste sentido que podemos afirmar que as mulheres constituem a parcela mais homogênea da classe trabalhadora, na esmagadora maioria dos países do mundo, pela similitude

de características de sua integração à esfera econômica. De fato, não obstante a história diversa que possa ter seguido o desenvolvimento das forças produtivas em cada sociedade concreta, o fato é que as mulheres representam, internacionalmente, a fração mais explorada da força de trabalho. E a análise das discriminações de vários tipos que a trabalhadora sofre tem sido realizada por autoras da qualidade de Sullerot (1968), Blay (1978), Rott (1979), Ribeiro de Souza (1979), cujos trabalhos utilizaremos em seguida.

Quadro B
Percentagem de Mulheres em relação ao número total de trabalhadores,
por faixa de remuneração em relação ao Salário Mínimo

| Regiões | Total | Até 1/4 | 1/4/1/2 | 1/2/1 | 1/2 | 2/5 | 5/10 | 10/20 | +20 |
|---------|-------|---------|---------|-------|------|------|------|-------|-----|
| I | 29,5 | 75,3 | 70,1 | 43,1 | 29,5 | 17,8 | 17,7 | 13,2 | 5,3 |
| II | 29,2 | 60,6 | 66,0 | 49,7 | 33,8 | 19,2 | 15,6 | 9,0 | 4,4 |
| III | 30,9 | 57,6 | 60,4 | 35,6 | 38,7 | 14,0 | 10,6 | 8,1 | 4,2 |
| IV | 24,7 | 75,3 | 53,5 | 25,8 | 19,1 | 12,0 | 9,6 | 6,7 | 3,8 |
| V | 28,2 | 74,0 | 47,0 | 48,0 | 13,1 | 12,8 | 14,7 | 11,6 | 3,8 |

Fonte: PNAD 1976 (Apud Saffioti, op. cit., 1978).

As chamadas características gerais do trabalho feminino poderiam, assim, ser resumidas nos seguintes tópicos: *a)* nas faixas de menor salário as mulheres são a maioria expressiva, acontecendo o inverso nas faixas mais altas, como bem serve de exemplo o Brasil. Como se observa no Quadro B, as mulheres constituem mais da metade dos trabalhadores que ganham até um quarto de salário mínimo, ao passo que ocupam uma percentagem irrisória nas faixas de mais alta remuneração; *b)* as mulheres são nitidamente discriminadas com respeito aos salários que recebem, proporcionalmente menores do que os dos homens.

Quadro C
Salário das Mulheres em relação ao Salário dos Homens, por nível de
instrução, segundo as Regiões (Salário dos Homens igual a 1) Brasil – 1970

| REGIÕES/ESTADOS | TOTAL | ANALFABETO | ELEMENTAR | MÉDIO 1º CICLO | MÉDIO 2º CICLO | SUPERIOR |
|----------------------------------|-------|------------|-----------|-------------------|-------------------|----------|
| Rio de Janeiro | 0,80 | 0,79 | 0,72 | 0,79 | 0,69 | 0,79 |
| São Paulo | 0,82 | 0,86 | 0,77 | 0,70 | 0,78 | 0,77 |
| SUL | 0,79 | 0,84 | 0,77 | 0,67 | 0,67 | 0,77 |
| Minas Gerais e Espírito Santo | 0,85 | 0,93 | 0,77 | 0,79 | 0,58 | 0,58 |
| NORDESTE | 0,96 | 0,96 | 0,88 | 0,48 | 0,51 | 0,36 |

Fonte: IPEA/CHRH, ad Saffioti, op. cit., 1978.

Comentando os dados do Quadro C, Saffioti (1978, p. 416) diz que se constata, no setor moderno da economia uma diferença significativa entre os salários masculinos e femininos em detrimento das mulheres. Nem sempre este fenômeno é atenuado por uma escolarização mais longa. Na verdade, mesmo entre os que possuem a mesma qualificação o salário feminino será inferior ao masculino, sendo que em média, a remuneração percebida por mulheres situa-se em torno de 60% da recebida por homens, podendo atingir níveis absurdos, como é o caso do Nordeste, dentre o pessoal ocupado de educação superior, onde a remuneração da mulher representa apenas 36% da masculina (SAFFIOTI, 1978, p. 417); *c*) as mulheres apresentam uma qualificação profissional inferior (em termos de procura no mercado de trabalho) à masculina o que se explica entre outras razões, pela discriminação que sofrem quando ingressam em cursos profissionais, como conclui estudo da Cinterfor (OIT), de 1977; *d*) as mulheres concentram-se em alguns pouco setores econômicos, normalmente do estilo de prolongamento de tarefas domésticas (alimentícia, têxtil, serviços de escritório, empregadas do

mestiças, etc.), como se observa nos dados da Tabela I. Neste sentido, é interessante observar uma profunda analogia entre a composição majoritária da mão de obra feminina nos setores ditos “tradicionais” (as acima citadas indústrias) e a dos homens nos setores “dinâmicos”, situação que ocorre em países como o Brasil e outros como o do Japão, Filipinas, etc. aonde a força de trabalho feminina representa 66,8 e 72,3% da indústria têxtil (CINTERFOR, 37/38, 1975, p. 67); e) a extrema dificuldade para a mulher conquistar postos de chefias – o que faz com que apareçam sempre nas posições mais subalternas do processo de trabalho; f) a influência do estado civil – ou seja do fato de ter ou não de prestar serviços domésticos, cuidar de crianças, etc. – na curva de oferta de força de trabalho feminina.

No Brasil, as mulheres solteiras constituem 55,3% da população economicamente ativa feminina, segundo dados da PNAD; g) é na faixa dos 20/24 anos que a participação feminina atinge seu máximo, pois nesta fase, que sucede ao período escolar e antecede o casamento, sua participação é de 41,35%, demonstrando a: importância da situação que a mulher vive no interior da família; h) na relação entre trabalho feminino e diversas fases da vida familiar é mais do que significativa a importância – para a análise das consequências dos critérios de sexo e classe para a consciência operária – do papel desempenhado pelo processo de reprodução (biológica) na atividade econômica feminina, pois no período que antecede o casamento a futura esposa, ajudaria o marido para reunir condições de formar nova unidade, libertando-se dos deveres de filha na sua família de origem; na fase inicial do casamento, a mulher manteria uma situação de emprego, porém transitória, e, com o nascimento dos filhos, retira-se do mercado de trabalho (MARTINS RODRIGUES, 1979).

A tese da semelhança de características, na participação laboral, entre mulheres de países sob a dominação do capital é defendida por Rott, a partir de uma análise comparativa sobre o mercado de trabalho feminino:

Na história europeia pode-se distinguir dois movimentos diferentes na composição da mão de obra feminina, pelas origens de classe. As mulheres de classe baixa nunca tiveram opção livre, seu destino coletivo sempre foi o trabalho, seja doméstico, no setor subsidiário (a reprodução da força de trabalho), seja no trabalho [emprego] assalariado. Durante as primeiras etapas da industrialização a PEA (População Economicamente Ativa Feminina) até em alta porcentagem composta por empregadas domésticas, lavradoras, etc. O setor industrial ofereceu à princípio emprego nas “ocupações clássicas” como na indústria têxtil, alimentícia e outros. A taxa de participação elevada, nos países capitalistas desenvolvidos, a partir do século XX, é uma consequência da oferta mais ampla ocasionada pelo crescimento econômico; a falta de mão de obra masculina em tempos especiais (guerra e pós guerra) e um crescimento amplo nas categorias mais baixas das ocupações de “colarinhos brancos”, especialmente no serviço público e particular (secretárias, enfermeiras, professoras primárias, etc.), que na sua maioria, foram recrutadas da classe média/classe média baixa, setores que também ofereceram uma certa mobilidade ocupacional para as mulheres proletárias. Geralmente, existe até hoje uma clara tendência ao prolongamento dos trabalhos considerados classicamente “femininos” também no setor industrial. Entretanto, o emprego feminino prevalece nas pequenas e médias empresas, com problemas estruturais permanentes, um investimento limitado de capital e um uso de tecnologia relativamente baixo, no começo dos anos setenta, o salário (médio) da operária no setor Industrial, nos países do Mercado Comum Europeu era quase 30% mais baixo em comparação aos operários (ROTT, 1979 p. 1 e 2).

A integração da força de trabalho feminina na produção e no mercado de trabalho capitalista obedece, como vimos, tendências muito particulares – muito especificamente sexualizadas – em comparação ao comportamento dos trabalhadores do sexo masculino, ao mesmo tempo em que muito generalizadas, dada a similitude de situação e história que encontramos. Neste sentido, os países mais desenvolvidos, no bloco capitalista, apontam – para os de menor desenvolvimento das forças produtivas – as regras gerais de incorporação da mão de obra feminina ao trabalho remunerado,

extra-doméstico. E este é um processo contraditório na medida em que o aumento na taxa de participação econômica da mulher não tem se processado no sentido de eliminar as discriminações que a trabalhadora sofre. Mas, concomitantemente, as modificações são evidentes e indicam a possibilidade do acirramento das contradições. Em outras palavras, a integração da mulher é discriminatória mas constitui a única maneira de dar origem a novas condições que possibilitem o fim do sexismo laboral. Pois é trabalhando – e pouco a pouco tomando consciência das condições diferenciadas em que este trabalho se realiza – que a mulher terá condições de exigir igualdade de direitos já que os deveres são os mesmos.

Neste sentido, os analistas da relação mulher e trabalho dividem-se quanto às consequências do processo de industrialização para a situação da mulher. Alguns negam a melhoria, argumentando que o sexo feminino tem sido posto a margem do “mercado formal”, o que equivale a dizer que o desenvolvimento tecnológico não foi capaz de propiciar uma integração mais igualitária. Outros indicam a tendência oposta, principalmente nos últimos anos que (provavelmente como resultado da ampliação do poder sindical, por um lado, e da luta pelos direitos da mulher, por outro) marcaram notáveis progressos na infraestrutura de serviços públicos – tendo em vista liberar as trabalhadoras dos encargos domésticos – e na conquista de novos direitos laborais, tanto nos Estados Unidos como em países europeus.

A complexidade da questão, no entanto, não permite conclusões muito definitivas pois se os dados mais recentes registram uma notável expansão da taxa de participação feminina, os índices dos primeiros setenta anos do presente século comprovam a reprodução do esquema de segregação sexual no mercado de trabalho, ademais da participação relativamente superior da mulher nas faixas de desemprego disfarçado; maior vulnerabilidade às crises econômicas pois as trabalhadoras do sexo feminino são as primeiras a sofrerem dispensa, etc. A situação da norte-americana, dada a importância

de seu país no sistema capitalista internacional, apresenta um dado interessante que talvez se repita nos demais países capitalistas que é a taxa de participação ultrapassando os 50%. De fato, estatísticas do U. S. Department of Labor (WAGENVOORD, 1979, p. 267) demonstram a seguinte evolução na porcentagem de mulheres na população economicamente ativa:

Quadro D
Taxa de participação econômica feminina EUA

| ANO | NÚMEROS ABSOLUTOS | PORCENTAGEM |
|------|-------------------|-------------|
| 1978 | 42 300 000 | 50,4 |
| 1970 | 31 300 000 | 43,2 |
| 1960 | 23 000 000 | 37,4 |
| 1950 | 17 900 000 | 33,0 |
| 1940 | 13 800 000 | 28,9 |

Singer (1976) trabalha com estatísticas distintas, que subestimam – em termos dos dados acima – a taxa de participação feminina, se comparamos os valores que apresenta para os Estados Unidos. Em todo o caso, a conclusão a que chega, na comparação de 12 países industrializados do mundo capitalista, no período 1960 a 1970, é que fora dois países (Áustria e Alemanha) que acusam ligeiro decréscimo, nos 10 países restantes as taxas de participação feminina aumentaram, sendo o aumento maior nos países em que a taxa inicialmente era menor, como na Noruega, na Bélgica e nos Estados Unidos. Na Itália e na Espanha, o baixo nível de participação feminina deve refletir seu relativo atraso industrial. Nos demais países, há uma confluência das taxas ao redor do nível de 30% em 1970/2, o que parece indicar que as peculiaridades históricas, que diferenciavam fortemente estes países, estão sendo superadas pela tendência comum, que aponta

nitidamente na direção de um aumento contínuo da participação feminina no mercado de trabalho. (SINGER, 1976, p. 64/5).

4 – Famílias no Brasil Contemporâneo

O interesse recente que o tema família tem recebido da comunidade acadêmica, no Brasil, concerne, seguramente, à justa preocupação em retratar as condições concretas de existência de amplas camadas da população cuja luta pela sobrevivência encontra na unidade familiar o *locus* privilegiado. De fato, é sobejamente reconhecida a importância da família no processo cotidiano de reprodução da força de trabalho. Mais ainda, famílias de classes sociais distintas desenvolvem formas de atuação (as chamadas estratégias de sobrevivência) diferenciadas, no seu enfrentamento com as variáveis que determinam o mercado de trabalho, na própria medida em que quanto mais despojado for o trabalhador de fontes adicionais de recursos vitais (a horta; a pequena oficina de reparos etc.) maior será sua dependência relativamente ao salário monetário.

E se uma das consequências mais visíveis da expansão capitalista da economia é a contínua passagem da produção artesanal/ de subsistência para a esfera da produção industrial em larga escala – ou seja, a subordinação da produção de bens e serviços à lógica e forma capitalista – tal proposição não liquida a questão do trabalho doméstico a um mero problema de tempo. Na verdade, a evolução histórica das unidades domésticas tem apresentado um saldo contraditório na medida em que, não obstante a diminuição do peso mais propriamente econômico da produção doméstica e a passagem de parcela das funções relacionadas à socialização das crianças para as mãos do Estado, como observamos em países capitalistas avançados, a persistência do trabalho doméstico privado e das relações familiares é uma evidência gritante.

As unidades domésticas continuam, portanto, desempenhando um papel crucial na reprodução da força de trabalho, tanto no sentido da procriação e incorporação de novos membros, como no sentido da reprodução cotidiana da capacidade de trabalho dos membros ativos da sociedade. Ao mesmo tempo, a posição da mulher nesta mesma sociedade é caracterizada pelo fato de sua participação na vida pública não a isentar da responsabilidade central na organização da vida doméstica.

E é exatamente esta particularidade da situação feminina – aparecer como suporte natural, dentro da divisão social do trabalho, das tarefas domésticas (entre as quais se inclui o cuidar da nova geração) – que terminou por trazer uma nova ordem de motivações aos estudos sobre a família. A consciência da unidade socialmente imposta entre mulher e família, dito de outra maneira, a consciência de que pensar/estudar a mulher implica necessariamente em entender a lógica da instituição familiar, está na base daquilo que poderíamos denominar de “nova produção” sobre a questão da família.

Assim, no mais sistemático trabalho de levantamento bibliográfico sobre a mulher brasileira (Fundação Carlos Chagas, 1979, p. 150), a avaliação do material resumido levou a responsável pelo tema família a proferir a consideração de que “em suma, excetuando-se algumas colocações breves sobre o trabalho da mulher na família, tem-se a nítida impressão de que os autores, ao tratar do tema, não saem dos estereótipos e dos modelos presentes na ideologia dominante”.

Ora, a bibliografia contém obras editadas até 1976 e, esta data marca uma conjugação de fatores de ordem sociopolíticos; entre os quais se inclui o impressionante desenvolvimento do movimento de mulheres no Brasil, um momento de ruptura ideológico/metodológica no tocante à produção teórica sobre o tema família. Em resumo, não somente nota-se uma expansão de trabalhos sobre o tema como, principalmente, uma profunda modificação no conteúdo e nos termos nos quais ele vem sendo colocado (MORAES, 1976;

JELIN, 1974; BILAC, 1978; MADEIRA RODRIGUES, 1978A, 1978B; OLIVEIRA, 1978; LEITE LOPES et alii, 1979; RIBEIRO DE SOUZA, 1979; MACEDO, 1979).

A família trabalhadora

A participação da família trabalhadora concerne, primeiramente, ao que poderíamos definir como função econômica da unidade familiar: para a classe dominante a instituição familiar é o instrumento de transmissão do capital acumulado sob diferentes formas; para as classes dominadas o trabalho doméstico constitui a função econômica mais importante (MORAES, 1976). Não obstante tal diferença – que diz respeito aos traços mais fundamentais da reprodução do sistema capitalista: a propriedade privada dos meios de produção versus a força de trabalho livre para ser vendida no mercado – a divisão de papéis dentro da unidade familiar, assim como a família enquanto espaço da reprodução geracional/socialização da criança, constituem características comuns a todos os tipos de família em questão.

Entretanto, na medida em que a família é uma instituição histórica – sociedades distintas conhecem diferentes sistemas de parentesco – esta flexibilidade de forma também caracteriza as relações familiares segundo as classes sociais existentes, o que não impede o predomínio de um dado modelo familiar. Esta “família ideal” é o modelo ideologicamente dominante; é aquela centrada na autoridade paterna; no mito da maternidade que transforma o “ser mãe” em condição *sine qua non* da “realização” feminina; nos filhos entendidos como propriedade privada dos pais e como corpos que devem ser objeto de intensa ação educativa em vistas a formação de cidadãos honestos e trabalhadores. Esta é a família louvada nos livros escolares, no catecismo, nas estórias infantis, nos contos de amor, nas revistas femininas, nas telenovelas, enfim, nos meios de comunicação de massa. É aquela que todos aspiram mesmo que, objetivamente,

ela não possa se realizar para todos pois a sociedade esta dividida em classes. Basta recordar, neste sentido, a formação da família operária.

A família operária nasce, historicamente, sob o signo da contradição. Naqueles países em que o capitalismo industrial desenvolveu-se primeiramente, como a Inglaterra, a formação do operariado implicou na destruição da economia familiar de amplas camadas da população expulsas de campo, no processo de separação entre o produtor e os meios de produção. Ademais, dada a dependência da sobrevivência familiar ao trabalho assalariado e a introdução da maquinaria, o emprego de mulheres e crianças foi uma primeira consequência do capitalismo industrial. Assim, “não cabe dúvida, que nesta primeira fase do capitalismo industrial, a família proletária foi seriamente minada pela grande extensão do trabalho feminino e do trabalho infantil, a ponto de impossibilitar serviços domésticos essenciais à reprodução do trabalhador” (SINGER, 1976, p. 32):

A formação do proletariado fabril implicou, na verdade, na destruição da economia familiar do trabalhador. Atraídos à cidade, os operários eram obrigados a abandonar não apenas a aldeia e a ligação com a terra, mas também a possibilidade de combinar a atividade de todos os membros da família tanto na produção social quanto na de subsistência. Todos eles - homens, mulheres, crianças - foram obrigados a se dedicar à produção para o capital e por jornadas tão longas que quase não sobrava tempo para qualquer atividade doméstica, isto é, para auto-consumo (SINGER, 1976, p. 27).

Sabemos como, através da resistência organizada dos trabalhadores, conquistando melhores condições de trabalho e de vida, (redução da jornada de trabalho; da fixação de salário mínimo, etc.) e da própria intervenção estatal na gestão da força de trabalho, a família operária pode sobreviver, ocorrendo, muito frequentemente, não somente a retirada dos menores como a da mulher das atividades fabris. O retorno das mulheres se fará, posteriormente, acompanhado de instalações como berçários e creches, enfim, em condições que

evitam o esbanjar de vida humana que a conjugação da miséria com o abandono da casa pela mulher em função do trabalho na fábrica.

Apesar da indiscutível melhoria nas condições de vida da classe operária, comparativamente ao século passado, a manutenção da família operária se realiza principalmente mediante a super exploração do trabalho feminino. Ou seja, o equilíbrio dos papéis na família operária (homem = trabalho remunerado fora de casa; mulher = trabalho doméstico dentro de casa) se rompe do momento em que determinadas condições sócio-econômicas obrigam a mulher a procurar também um trabalho remunerado. Pela simples e direta razão de que, diferentemente de mulheres de outras classes que podem contratar serviços domésticos remunerados, a operária passará a executar uma dupla jornada de trabalho.

Dessa maneira, a manutenção da submissão da mulher ao homem, própria do patriarcalismo, serve muito bem ao capitalismo, pois impede que se questione a naturalidade da equação trabalho doméstico = trabalho de mulher, barateando o custo de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, se a existência da família tivesse como base, tão exclusivamente; suas funções econômicas a própria vivência da dupla jornada levaria a mulher a uma tomada de consciência da mistificação de suas “funções naturais”. Mas o problema torna-se mais complexo desde que a manutenção da família interessa não somente ao capital (rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho; estruturação das estereotípias sexuais através do processo de socialização; estruturação autoritária, etc.) mas é também pensada/entendida como forma de resistência dos indivíduos ao isolamento social imposto pelo capitalismo (que se expressa na oposição vida pública/vida privada). Os indivíduos concebem a possibilidade de uma redoma protetora – de uma instituição supra histórica – revivendo no mito da vida familiar a segurança do útero materno. A família como a única tábua de salvação é algo que aparece muito concretamente no caso de migrantes, como descreve Durhan (1978, p. 215):

É a família que se vê obrigada a assumir a função de intermediária entre o indivíduo e a sociedade mais ampla, recolhendo os fragmentos da experiência individual, tentando transformá-los numa interpretação coerente do universo social, desaparece a comunidade, tal como existia na vida rural e tendem a se contrapor, como modos diferentes de participação social, a família e o grupo de parentes, de um lado, e a sociedade complexa e diferenciada de outro.

Assim, a passagem do mundo rural para o urbano implica em transformações referentes tanto aos padrões de consumo (e à obtenção dos recursos, ou seja, as receitas) quanto aos padrões culturais. Aliás, os estudos dos orçamentos familiares por regiões distintas do país, para grupos diferenciados de renda, demonstra, por exemplo, o peso da produção para auto-subsistência no orçamento de grande parte das famílias do nordeste (chefiadas por pequenos produtores independentes) em contraposição à situação de dependência majoritária dos ingressos monetários, existentes entre famílias de São Paulo. O Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) de 1978, publicado pelo IBGE, demonstra, por exemplo, que cerca de 93% das despesas com alimentação, entre famílias da área metropolitana de São Paulo, eram monetárias, em comparação aos 74,4% da área rural. E se as famílias metropolitanas tinham de comprar no mercado a esmagadora maioria de seus bens de consumo, as famílias de áreas rurais não metropolitanas ainda obtinham através de recursos não monetários mais de 36% de seus gastos globais.

Esta diferença – entre condições “urbanas” e rurais” de reprodução da unidade familiar – e as transformações impostas pelo desenvolvimento capitalista (que vai submetendo a produção rural a lógica do lucro) levaram Oliveira (1978, p. 398) a comentar que se:

De um ponto de vista o processo de individualização da força de trabalho tende a desarticular a família enquanto unidade de produção, nas condições de vida do trabalhador rural hoje, a família constitui um grupo de cooperação fundamental na base do qual se efetivam as possibilidades de sobrevivência.

Em outras palavras, o caráter produtivo da unidade doméstico modifica-se mas as estratégias de sobrevivência familiar passam incorporar arranjos novos “em que a cooperação se estabelece pela soma dos ganhos de seus membros”.

Vida familiar e condições de reprodução da força de trabalho na última década

Comentando a dinâmica da acumulação em cada um dos setores da indústria brasileira, no sentido de fornecer subsídios para a compreensão do caráter da atual crise brasileira, Maria da Conceição Tavares afirma que a indústria de bens de consumo não duráveis (têxtil, alimentos, etc.), diferentemente do que acontece com a de duráveis (eletrodomésticos; carros, etc.), possui ampla base de mercado de massas, ainda que de baixo poder de compra unitário (1980, p. 11). Em outras palavras, do momento em que a incorporação ao trabalho assalariado industrial se processa concomitantemente com a perda das possibilidades de autosuficiência (como o pequeno proprietário agrícola), o mercado propriamente capitalista tem parte de sua demanda efetiva garantida pela presença de uma massa enorme de assalariados que, mesmo pouco podendo consumir em termos pessoais, pesa decisivamente do ponto de vista do volume de negócios.

Ganhar novos setores para a lógica do capital constitui, pois, processo que exige a presença dos consumidores, a qual por sua vez, só poderá ser garantida se não existirem meios/métodos alternativos

de reprodução da força vital. Daí a presença dupla (pelo lado da produção e o do consumo) e essencial (dada sua função no processo de valorização do capital) para o capitalismo, que é a força de trabalho assalariado.

O crescimento da indústria de bens não duráveis depende, assim, em grande medida, “do ritmo do emprego e da elevação da taxa salarial que só mostram um dinamismo acentuado no auge da acumulação: de capital” (TAVARES, 1980, p. 11). Em outras palavras, este setor obedece a regras de comportamento reflexas, dependendo da lógica própria a um estilo de desenvolvimento capitalista historicamente determinado. Neste sentido, se a passagem pela esfera da circulação de mercadorias realiza-se mediante o desenvolvimento exagerado do setor terciário (com dispendiosos gastos em propaganda e toda a classe de gastos improdutivos), serão os trabalhadores deste setor (a massa salarial aí gerada), outros consumidores, igualmente bem vistos pela indústria de “bens-salário”.

O estilo menos ou mais predatório do avanço do capitalismo sobre toda a economia – as vias que seguirá a consolidação da hegemonia da subordinação real do trabalho ao capital – , em outras palavras, o maior ou menor desperdício envolvidos na criação da riqueza, não influencia, portanto, a capacidade de realização das mercadorias “populares”: não importa quanto segmentado ou ‘informal’ seja este mercado de trabalho, nem quão pequena seja a porção diretamente produtiva porque, apesar do baixo poder de compra, a massa de consumidores aumenta inexoravelmente. Esse é o caso da população urbana que, apesar de tender a se transformar em ‘improdutiva’ e de viver de modo miserável, se torna forçosamente consumidora de produtos industriais porque não dispõe de meios para retornar à produção e ao consumo de subsistência” (TAVARES, 1980, p. 11).

Nestas condições, não podemos separar a problemática da família das condições objetivas que enfrenta no processo de garantir sua sobrevivência. Isto significa captar as possibilidades oferecidas

pelo “mundo externo” (o modo de produzir) frente a uma certa divisão interna de tarefas, papéis, funções e atribuições de poderes que concernem às determinações culturais anteriores ao próprio capitalismo, obedecendo a mecanismos de caráter extra-econômico tal como sucede na relação entre os dois sexos. Além disso, entender que modificações do papel feminino no interior da família – relacionadas principalmente com a saída da mulher da casa para o trabalho remunerado extra doméstico – repercutirão em grande medida sobre os hábitos “culturais” e os valores ideológicos.

O processo de urbanização e a “modernização”, simbolizada pelo acesso aos produtos industriais (incluindo neste rol as mercadorias de consumo propriamente ideológicos, como são os produtos dos meios de comunicação de massa) seguem, ao mesmo tempo que estimulam, a industrialização capitalista e a submissão de toda a economia/sociedade ao império do lucro.

Desta maneira, ao fazermos o inventário das principais características hoje apresentadas pelas famílias em nosso país, estamos também qualificando com maior rigor o “estilo brasileiro de desenvolvimento” que, além de atuar socialmente (beneficiando/oprimindo alguns segmentos/classes sociais em detrimento de outros/as) leva em consideração as hierarquias sexuais.

As repercussões que o estilo de desenvolvimento econômico do país sobre a estrutura familiar, na última década, podem então, ser avaliados pelos seguintes dados: *a)* incremento da concentração familiar nas áreas urbanas, pois se em 1970, mais da metade das famílias (58,88) residiam nas cidades, segundo o Censo, em 1978 esta proporção eleva-se para 69,1% (PNAD 78); *b)* e esta concentração acarreta, como acabamos de analisar, modificações na estrutura dos rendimentos (e dos gastos) familiares, dado o incremento das rendas monetárias frente às não monetárias que a passagem do campo para a cidade, via de regra, implica; *c)* além disso, diminui o tamanho médio da família. De fato, tomando as três primeiras faixas de maior incidência de casos, temos que 53,1% do total das famílias do Brasil

possuem de 2 a 4 membros, proporção, na área urbana, é de 56,5% (PNAD 78); *d*) observa-se uma melhoria em termos dos rendimentos familiares, com o decréscimo do número de famílias que ganham até 1 salário mínimo, que representavam 41,6% (7.721 famílias) em 1970 para 19,5% (4.833,9 mil famílias), oito anos depois. Da mesma maneira, diminui em termos relativos a percentagem da famílias que ganham de menos de 1 até 5 salários mínimos (87,9% em 1970 e 73,5% em 1978) para os intervalos inferiores, incrementando-se a proporção de famílias no intervalo superior (mais de 2 a 5 salários), ao passaram de 23,5% em 1970 para 30,9% oito anos depois, segundo os dados do Censo 70 e do PNAD 78. Esta melhoria, evidentemente, não pode obscurecer o fato de corresponder a um período de decréscimo do salário real (como já assinalamos anteriormente), e de aumento do número de pessoas exercendo atividades remuneradas no interior da unidade familiar. Assim, a tendência ascendente da taxa de participação da mulher na população econômica mente ativa, de 21% no Censo de 70 para 28,7% em 1976 e 31,4% em 78 (PNADS 76 e 78), relaciona-se também com estas modificações na atribuição de papéis dentro da unidade familiar.

Esses dados demonstram a reprodução de esquema bastante segregacionista, no sentido de manter a grande massa da população excluída dos benefícios do desenvolvimento econômico, como já se demonstrara no estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (DIEESE), denominado Análise da Evolução Orçamentária Familiar na Cidade de São Paulo, de dezembro de 1977. Entre seus resultados e conclusões destacaremos as seguintes:

- a*) que tanto a renda familiar como a renda per capita tenderam a maior concentração durante o período (1934 a 1972). Contudo, nota-se que a concentração da renda familiar tende a níveis de concentração menos acentuados que a renda per capita; *b*) quando se considera todas as pesquisas nota-se uma tendência para uma elevação da renda familiar média até a década de 50 e um declínio na década de 60; *c*) a distribuição das famílias por faixas

de renda aproximadas permite verificar que houve um aumento da proporção de famílias na faixa mais baixa no período de 1961/62 e 1971/72; d) esta conclusão – relativo equilíbrio da renda familiar entre 1961/62 e 1971/72, somente possível pela incorporação de mais pessoas em atividades remuneradas – possibilita supor que a estrutura orçamentária não deve ter se alterado de forma significativa no decorrer deste período.

Do ponto de vista das repercussões sobre a força de trabalho feminina, temos que a crescente incorporação às atividades remuneradas aproxima-a da posição ocupacional masculina, aumentando a proporção de empregadas frente a de “membros não remunerados da família”. Assim, em São Paulo, eixo geográfico da população economicamente ativa (62,6 % e a cifra correspondente ao total do Brasil), a proporção de mulheres nesta categoria ocupacional (85,3% da PEA) chega a superar a masculina (78%), segundo os dados do PNAD 77.

Outra consequência dos rumos tomados pelo desenvolvimento das forças produtivas do país, em termos da situação da mulher, concerne ao aumento na proporção das mulheres chefes de família, que hoje são responsáveis por 15,7% do total das famílias (PNAD78), encontrando-se a maior porcentagem na zona urbana. Quanto ao caráter da incorporação da mulher ao mercado de trabalho assalariado, temos ainda a grande preponderância dos trabalhos domésticos remunerados, absorvendo 18% da PEA (PNAD 76). Ademais, as mulheres predominam nas faixas de menor remuneração mensal, como se observa pela tabela II (p. 118, Indicadores...), com 23% auferindo até meio salário mínimo; 23,7% de meio a um salário mínimo, sem se falar dos 17,9% de mulheres que não recebem remuneração alguma. Enquanto isto, 40% dos grupos ocupacionais masculinos encontravam-se na faixa de mais de um a dois salários mínimos mensais.

A mulher constitui, assim, a parcela mais explorada e discriminada da força de trabalho do país. Situação que é ainda mais

desfavorável – em termos da carga diária de desperdício de energias– quando lembramos a existência do trabalho doméstico a ser realizado por cada uma das trabalhadoras antes de saírem e ao chegarem do trabalho fora de casa. A velha e tendenciosa afirmativa de que as mulheres exploram outras, quando saem para exercer trabalho remunerado, não encontra ressonância nem na vida real nem nas estatísticas a respeito. De fato, como bem demonstra Ribeiro de Souza (1979, p. 17) a proporção de famílias que conta com este auxílio não chega a 4%, proporção que poderia aumentar para 9%, no caso de famílias que contam com qualquer outro tipo de serviço doméstico. Isso significa que o enorme esforço dispendido por todas as mulheres que se dedicam à prestação de serviços domésticos beneficia apenas à uma ínfima minoria de família. A grande maioria tem que assumir as tarefas necessárias à sua subsistência sem nenhuma ajuda externa.

III – Ideologia e a Divisão de Trabalho no Interior das Famílias

Chamamos de ideologia ao sistema mais ou menos coerente de imagens, ideias, princípios éticos, representações globais e, também de gestos coletivos, de rituais religiosos, de estruturas de parentesco, de técnicas de sobrevivência [e de desenvolvimento], de expressões que chamamos agora de artísticas, de discursos míticos ou filosóficos, de organização dos poderes, de instituições e de enunciados e forças que estes últimos colocam em jogo; sistema tendo por finalidade regulamentar, no seio de uma coletividade, de um povo, de uma nação, de um Estado, as relações que os indivíduos mantêm com os seus, com os homens estrangeiros, com a natureza, com o Simbólico, os deuses, as esperanças, a vida e a morte. Este sentido corresponde, aproximadamente, aquilo que designamos, na língua alemã por *weltanschauung*, por visão ou concepção de mundo ficando bem entendido que esta implica não somente no conhecimento, mas também nos desejos, nas paixões, e nas práticas (CHÂTELET, 1978, p. 10/11).

Transmissão de ideologias: a entrada no universo simbólico

As representações da sexualidade desenvolvem-se no quadro de ideologias que, por sua vez, determinam e orientam a prática sexual e as relações entre os sexos. Esta codificação ideológica é identificável nas diferentes formas de socialização da sexualidade ocasionando, de forma geral, uma demarcação intensa e complexa das capacidades reprodutivas da mulher. Assim, a mulher é definida como um ser cuja existência estrutura-se sobre a sexualidade, o que a diferencia sem ambiguidade dos homens, “pessoas” sociais, cuja vida apresenta finalidades mais complexas (ECHARD e BONTE, 1978, p. 73).

A constituição de uma ideologia se dá concomitantemente ao nascimento de uma certa concepção sobre a sexualidade; em outras palavras, trata-se de um mesmo processo de pensar o mundo, incluindo sua dimensão sexual. Neste sentido, o discurso que sustenta o homem como “o” representante da espécie humana é o mesmo que tenta comprovar suas teses lançando mão da biologia. Ou, ainda, tentando colocar como *causa efficiens* fenômenos que são, justamente, consequências de uma determinada ordem hierárquica, como trataremos a seguir.

Atualmente, não provoca maiores discussões a afirmativa de que o processo de socialização da criança envolve uma gama de circunstâncias em que a importância relativa da rede oficial de ensino é bem pequena. Em compensação, as experiências/situações protótipos vividas pela criança no ambiente familiar são verdadeiramente educativas, pois ensinam a criança através do peso fundamental do real. Aí intervém dois aspectos distintos: primeiro, destacar em cada papel sexual da atual sociedade aquele que detém maior poder no tocante a transmissão do legado cultural a nova geração e conhecer a qualidade do papel-definidor da qualidade do “feminino”: a maternidade.

Descrivendo o processo de estruturação do ego – e o da internalização da repressão social – Aulagnier (1979) argumenta que se

tivéssemos de definir o *fatum* do homem por uma única característica, recorreríamos ao efeito de antecipação, pois o próprio do seu destino é de confrontar-se a uma experiência, um discurso, uma realidade que, na maioria das vezes, se antecipam às suas possibilidades de resposta ao que ele pode saber e prever quanto às razões, ao sentido e às consequências das experiências as quais ele é confrontado de maneira contínua (p. 35). Esta antecipação é muito mais violenta para os *infans*, aproveitando a expressão utilizada por Aulagnier, cuja possibilidade de resposta está continuamente demonstrando-se aquém da solicitação do meio ambiente. E a importância estratégica do poder materno reside, justamente, neste papel transmissor. É a mulher que transmitirá a “ordem” (o *status quo*). Ele sujeitará o *infans* às regras que este não poderia nunca antecipar: “no nosso sistema cultural, a mãe possui o privilégio de ser para o *infans* o enunciador e o mediador privilegiado do “discurso ambiente”. De uma forma pré-digerida e pré-moldada pela sua própria psique, ela transmite as injunções, a interdições deste discurso e indica os limites do possível e do lícito. E por esta razão que a mãe será chamada porta-voz, termo que indica adequadamente o que é o fundamento de sua relação com a criança (p. 35/6).

Mas, seria ingênuo imaginar que a porta-voz produzisse um discurso autônomo. Como bem acentua Aulagnier, a ordem que rege os enunciados da voz materna nada tem de aleatório e revela a sujeição do *Eu* que fala a três condições: o sistema de parentesco, a estrutura linguística e os efeitos que exercem sobre o discurso os afetos operando sobre a outra coisa. Trinômio que é causa da primeira violência, radical e necessária, que a psique do *infans* suportará quando do seu encontro com a voz materna”, pois uma radical diferença os distingue – o espaço psíquico mãe já foi “domesticado” (absorvido pelas leis da Norma), enquanto que o do *infans* é impotente para poder conter esta invasão representada pela voz materna.

A mãe, neste estrito sentido, representaria a intermediação cultural – uma boca que pronunciará palavras criadas por um

“primeiro” e que são dirigidas a um “terceiro”. Uma psique marcada pela ação da repressão pois o espaço psíquico materno já é um produto social. Está nas mãos, ou melhor, na voz da mãe, a possibilidade de instaurar uma “ordem” na psique do *infans*. Tal possibilidade, diga-se de passagem, é a base da violência originária que envolve o encontro da mãe com o *infans*. Pois como explica Aulagnier:

Chamaremos de violência a primária a ação psíquica pela qual se impõe à psique de um outro uma escolha, um pensamento ou ação, motivado pelo desejo daquele que impõe, mas são, entretanto, apoiados num objeto que para o outro corresponde à categoria do necessário (1979, p. 38).

A categoria do necessário, por sua vez, remete a questão das opções, por assim dizer, libidinais que o *infans* encontrará, pois a violência assegura sua meta, unindo o registro do desejo de um ao registro da necessidade do outro: ao instrumentalizar o desejo sobre o objeto de uma necessidade, a violência primária alcança seu objetivo, que é o de converter a realidade do desejo de quem a exerce no objeto demandado por aquele que a sofre.” (1979, p. 38).

A entrada no universo humano, portanto, constitui necessariamente uma entrada no universo simbólico. Pois, quando a boca, encontra o seio ela também encontrará” – e absorverá – um primeiro gole do mundo. “Afeto, sentido, cultura estão copresentes e são responsáveis pelo gosto das primeiras gotas de leite que o *infans* toma. A oferta alimentar se acompanha sempre da absorção de uma oferta de sentido” (AULAGNIER, 1979, p. 40). A importância da linguagem, cujo aprendizado é concomitante à constituição de um terceiro lugar psíquico – que obriga todo o que existe a ter um status de “pensável” “para que o atributo possa ser “dizível” – marca a passagem do estado de *infans* ao de criança”. A coisa falada, portanto, sempre precede o surgimento do Eu, desde que a nomeação, à medida em que ela concerne o afeito é, *ipso facto*, nomeação do objeto e da relação que liga ao sujeito: nomear o outro com o termo “amado” significa designar o sujeito que nomeia pelo termo de “amante” (1979, p. 135).

São estes processos mentais que não podem ser esquecidos quando falamos de ideologias ou, então, de processos de transmissão de valores/signos culturais. Por isso mesmo, é preciso ponderar bem o resultado das pesquisas e “surveys” sobre a opinião de certos sujeitos e/ou sobre o impacto de certas práticas. Pois, como ressalta Chauí, as baterias de testes e questionários, tão a gosto dos cientistas sociais, parecem pedir aos “objetos” que se manifestem. Todavia, se falam, é para responder à fala do outro e não para exprimir a realidade de sua existência. Falam para que o cientista imagine tirar conclusões novas, quando desde o princípio já sabia o que iria acontecer (1980, p. 18).

A internalização do universo cultural – das leis que regem as relações entre os diversos elementos – processa-se por intermédio do “parentesco” que edita e engendra a lei relacional presente entre a totalidade dos termos do sistema. Logo, se a função simbólica dos signos é uma propriedade inerente ao seu conjunto, se esta função tem sempre como objetivo a passagem ao universal, encontramos no campo do discurso um fragmento composto de uma série particular pela denominação que define o lugar e a função do seu sujeito na sua rede familiar. Os termos pai, filho, mãe, antepassados, designam uma função que só tem sentido em função da relação que ela estabelece entre um termo e o conjunto dos termos do sistema de parentesco (AULAGNIER, 1979, p. 163).

A estruturação do sistema de parentesco, vale dizer, a família, historicamente determinada, é, enquanto uma certa organização das relações (cujos critérios de existência podem se apoiar em diferentes fenômenos: da faixa etária ao sexo, passando pela organização da vida produtiva), pré-existente ao próprio nascimento do infans. A cena familiar, que marcara para todo o sempre a psique do indivíduo, pode ser sintetizada como um conjunto de relações fixas, oriundas da dinâmica especificada a cada um dos papéis (ou funções) familiares, cuja existência supõe o conjunto em “abstrato” pois, na prática, os sujeitos ocuparão de maneira transitória cada um dos espaços da cena. A função, dentro do sistema de parentesco, independe, assim, do sujeito que a encarna no breve período de sua existência. A mobilidade das

ocupantes se opõe à fixidez e a identidade do conceito da função definida pelo símbolo (AULAGNIER, 1979, p. 163).

Colocada a questão dos processos de internalização da ordem/norma, cumpre perguntar, então, sobre sua qualidade: de que ordem se trata, afinal?

A instauração da Ordem masculina, que é a ordem em questão, realiza-se mediante a atribuição do poder aos indivíduos do sexo masculino, a partir de um ritual que obriga o “projeto” de homem, por assim dizer (a criança), a submeter-se a suas condições para que, amanhã, possa desfrutar dos privilégios que hoje lhe são incômodos. É por isso que Aulagnier considera de secundária importância a rivalidade entre a criança e o pai – na fase edípica – em torno da posse da mãe. Antes de ocupar o lugar do rival edípico, o pai se apresentou à psique como a encarnação do não eu, da causa da impotência infantil em preservar sem falhas e de maneira autônoma, um estado de prazer (...) Na cena do Real aparece aquele que se impõe, conjuntamente, como o primeiro representante dos outros e como o primeiro representante de uma lei que traz desprazer, uma experiência à qual não se pode escapar (1979, p. 142).

Em outras palavras, antes mesmo que o desejo de assassinar o pai (ou, numa maneira menos carregada, de desaparecimento do algo ligado à esfera do “não eu”) tenha surgido pelo desejo de garantir o monopólio da fonte de prazer da primeira referência (o seio materno), a criança já sentiu este desejo pela experiência direta com o pai, representante de uma lei desprazerosa. A morte será, então, duplamente presente na relação pai-filho: o pai do pai é aquele que, num passado longínquo, ele desejou matar e seu próprio filho, aquele que desejará sua morte. Este duplo desejo de morte só pode ser reprimido graças à ligação que se estabelece entre morte e sucessão e entre transmissão da lei e aceitação da morte (...) O que o pai oferece pela mediação de seu nome, de sua lei, de sua autoridade, de seu papel referente é um direito de herança destes dons, a fim

de que eles sejam legados a um outro filho (AULAGNIER, 1979, p. 143).

A transmissão da ordem masculina se faz, assim, de forma dolorosa para o herdeiro a quem, não obstante, ficarão garantidos os privilégios decorrentes da ocupação da função paterna. O discurso da passagem, ademais, tem como sujeito o sexo masculino: a história do filho do pai é, indiscutivelmente, bastante diversa da estória da filha da mãe (e o duplo sentido da expressão “filha da mãe” já mostra a natureza da ordem reinante). Logo, cumpre conhecer estas duas ordens de realidade psíquica – estas duas especificidades – em sua trajetória própria. Mas, uma proposição tão despreziosa não encontra eco nem na própria psicanálise, em consequência do falocratismo com que esta ciência, até muito pouco tempo, tratou a sexualidade feminina que ganhou, inclusive, foros de “enigma”.

O espaço feminino define-se, então, por exclusão ou complementação da ordem masculina. A menina é um pequeno homem, na fórmula de Freud, cuja evolução psíquica será idêntica até o complexo de Édipo. Este, por sua vez, passa a ser considerado como um fenômeno metafísico: válido para todos por todos os tempos. Freud apresentar o produto (a lei masculina) como o processo (tornar-se homem/tornar-se mulher). Assim, o processo, essencialmente cultural, ganha uma conotação atemporal, sendo mesmo remetido à comprovação da biologia. Mais ainda, transforma-se em lei universal (uma espécie de lei da gravidade), levando Irigaray (1974, p. 47) a observar que Freud elude esta questão da heterogeneidade sexual “ao afirmar que a menina é um menino e que sua feminilidade caracteriza-se pela “inveja do pênis”. É sem dúvida seu ponto de vista de homem que ele defende, assim como seu desejo de perpetuar a homogeneidade sexual: um não sexo, um sexo “castrado”, ou “a inveja do pênis” não constituindo uma heterogeneidade sexual e sim a representação de um tipo de negatividade que sustenta, confirmando, a homogeneidade do desejo masculino”.

No espaço sexual – tal como encontra-se definido em nossa sociedade – a dualidade impera; aos papéis são contraditórios entre si e uma metade da humanidade (a masculina) tem garantida o papel ativo. Em outras palavras, no campo do Desejo o homem ocupa o espaço de desejante cabendo a mulher o de desejada/objeto de desejo. Este segundo papel leva com que a identidade feminina (a qualidade do seu desejo) subordine-se aos limites impostos pelo desejante. De que desejo ele me deseja? – eis a pergunta da mulher. Nunca se coloca, assim, a indagação: o quê desejo? E, quando se coloca, a resposta já vem pronta: desejo ser desejada.

Desvendar o “enigma” da sexualidade feminina pode, portanto, significar uma extrema subversão na ordem falocrática, como bem denuncia Irigaray (1974, p. 67), ao colocar em questão a “inveja do pênis”, o caráter primitivo desta “inveja” – a importância que lhe dá Freud – é muito mais uma questão de coerência teórica, por assim dizer, do que de realidade. Com efeito, depois de ter afirmado que a menina é um menino (logo, para ela existe um clitóris/pênis) na fase predipiana, Freud, em obra posterior, critica os analistas que tentam minimizar a importância da “inveja do pênis” nesta fase do desenvolvimento libidinal feminino. Ao que Irigaray contrapõe:

Este caráter primitivo, o mais primitivo, da “inveja do pênis” não é uma exigência da primazia do órgão masculino? Do fato de que o falo deve ser arquétipo do sexo? O sexo originário? E o pênis a mais adequada representação da Ideia de sexo? Não pode existir aí outro “desejo” se não o de assegurar sua dominação, mesmo que seja por cobiça, apetite de apropriação. Qualquer coisa que contradissesse – como os prazeres da menina – tal crença obrigaria à reinterpretação da economia dos afetos e das afeições sexuais. E é difícil prever até onde pode ir um remanejamento das atribuições dos poderes libidinais: desconhecimento necessário para a manutenção da ordem estabelecida nos leva a conjecturar que esta operação poderia levar longe (1974, p. 67).

A radicalidade da questão torna-se ainda mais patente no discurso dominante, vale dizer, da psicanálise a serviço da ordem

falocrática. A defesa do patriarcalismo, do autoritarismo e da inferioridade biossocial da mulher encontra-se perfeitamente exemplificada no discurso “científico” de Georges Mauco – médico/psico/pedagógico – ao defender sua proposta educacional para um programa a ser difundido em toda a França (a escola de pais e educadores): se falamos em primeiro lugar do pai, uma vez que ele parece surgir depois da mãe dos sentimentos da criança é porque na realidade:

O pai simboliza o interdito e a força disciplinante que permite, através do domínio dos desejos, a construção psíquica do ser humano. Por outro lado, o pai é um dos elementos constitutivos da sensibilidade materna. A mãe não será verdadeiramente mulher senão na medida em que o pai é aceito e amado. Através do pai, é a criança, produto do falo paterno, que é igualmente admitida e assegurada pela sensibilidade materna. O filho do pai torna-se o prolongamento de uma feminidade realizada (p. 41).

A operação ideológica não é nada sutil: como um passe de mágica a criança se torna produto do falo e, além de expropriarem o filho, tentam convencer a mulher de que ela só é capaz de amar adequadamente seu filho através do pai. Se o pai não for aceito e ama do: a criança não será normal. Nada como uma fórmula destas para mexer com o sentimento de culpa, da mulher: se seu marido não estiver feliz a culpa é dela – e o castigo virá na figura da criança que, então, impedirá sua feminilidade de se realizar. Confundindo universo simbólico com universo biológico, Mauco atribui ao homem o papel civilizador – e a autoridade “natural” advindo de sua virilidade.

O pai, nas relações pai-filho, representa a força fecundante do genitor. Socialmente é ele que lhe dá o nome. O pai é e deve ser sentido como autoridade que impõe as necessárias disciplinas que regulam as relações na vida coletiva (...). É essa razão pela qual é tão importante que o pai passa afirmar a sua natureza viril e que a mãe e os filhos o aceitem na sua função simbólica de força disciplinante sem a qual não existe renúncias nem domínio. Se a mãe, por exemplo, se substitui ao papel do pai, toda a relação

familiar fica alterada, que a mãe desvaloriza o pai como incapaz e ocupe o seu lugar, que o pai se ausente ou abdique de sua função – quer ainda a mãe, num aparente entendimento com o seu marido, não aceite plenamente a virilidade de seu cônjuge (p. 41/2).

Em síntese: fora da família nuclear falocrática não existe salvação. A cultura, melhor a “civilização” só se mantém graças à aceitação da “virilidade como princípio de autoridade. E a mulher, por sua vez, só alcança a maturidade quando aceita o seu papel subalterno, quando entende que não pode colocar em questão a autoridade marital para não perturbar o desenvolvimento psíquico normal do filho (...). Pobres mulheres abandonadas, mães sozinhas, mulheres chefes de família: vossos filhos nunca serão normais pois não conheceram as delícias da família organizada ‘comme il faut’”. Olhando para a violência de nossa sociedade – e, principalmente, a violência cometida no interior da família e contra a criança – fica a perplexidade diante de uma postura que se supõe científica ao mesmo tempo que defende dogmas metafísicos. Associar cultura a família nuclear equivale transformá-la em forma universal de relação entre pais biológicos e criança ou, então, negar que outros povos tenham conhecido a civilização. Trata-se, verdadeiramente, de uma demonstração inequívoca da onipotência de todos os que falam a voz do *status quo*.

A proposta de mulher “normal” que a psicopedagogia oferece reduz aquelas que aceitam ao destino que Adélia Prado (1976, p. 23) retratou em Resumo:

Gerou os filhos, os netos,
Deu à casa o ar de sua graça
E vai morrer de câncer.
O modo com pousa a cabeça para um retrato
É o da que aceita, afinal, aceitou ser dispensável.
Espera, sem uivos, a campa, a tampa, a inscrição:
1906 – 1970
SAUDADES DOS SEUS, LEONOR

É por todas essas razões que a frase mais oportuna sobre a condição feminina foi pronunciada por Simone de Beauvoir: “ninguém nasce mulher, torna-se...”. Pois, o testemunho clínico de Azambuja (1979, p. 10) confirma que “no nosso trabalho como analista podemos verificar muito de perto a anulação dessas diferenças entre homem e mulher. Na análise, nós ultrapassamos essa diferença biológica. Na vida mental não há sexo. Tomamos aos olhos dos pacientes os mais variados papéis e ambos os sexos. O problema que se coloca, a meu ver, é de natureza ontológica. Na realidade, só pode haver essa dicotomia entre masculino e feminino, no mundo social, na medida em que o ser humano se parte.” Quando é difícil pensar sobre o feminismo sem paixão, é porque estamos pensando sobre a própria mente humana no que ela tem de mais profundamente dividido. E esta divisão manifesta-se culturalmente através dos tabus que separam os sexos.

Essa separação processa-se por todos os mecanismos da vida social: da linguagem ao modo de acalentar a criança, a dicotomia masculino/feminino tornou-se um dos eixos mais permanentes da desigualdade e da opressão. Guillaumin (1972), trabalhando com as categorias mais profundas do problema do racismo, argumenta que a “biologização da percepção, quando é associada à percepção da diferença social, forma o nó da organização racista” (p. 67). Vale dizer, a atribuição/categorização de diferenças físicas como base explicativa para as “raças” constitui um processo ideológico, logo, histórico, que assumiu em nosso século formas muito elaboradas. Tomada em si mesmo “uma diferença física real não existe senão quando ela é assim designada, enquanto significante, por uma cultural qualquer” (p. 67). Do momento em que alguns traços – no processo de categorização dos participantes da vida social – passam a ser símbolos fixos de determinada qualidade, ao mesmo tempo em que são legitimados pela ciência (biológica, no caso), esta completada a “operação” racista. Pois na verdade:

O racismo não depende, em momento algum, da “realidade” ou da não realidade de um critério biológico concreto: é a associação consciente ou inconsciente deste critério às categorias, (na forma simbólica, não objetiva), que torna alguns grupos concretos objetos de racismo (p. 67).

Não obstante, conhecer o *modo faciendi* do racismo (entendido como biologização da opressão social) é de pouca eficácia se não adotamos uma postura crítica em relação a todas as produções categoriais. Na medida em que categorizar, é, concomitantemente, conhecer, pronunciar um juízo de valor:

Quando eu digo judeu ou negra (negro), mulher ou operário, ao mesmo tempo em que designo o real, eu movimento o fio imaginário com que o majoritário envolve o real (...) Esta atividade de categorização, que é uma atividade de redução, o que pode ela nos dar, quando ela reduziu toda complexidade e generalidade de um grupo? Ela pronuncia a ‘coisa julgada’. A atividade de nomear, a primeira da relação com “ao outro” é uma atividade de liquidação (GUILLAUMIN, 1972, p. 183/4).

No universo das categorias existem duas que são as fundamentais: masculino e feminino. A própria estrutura de nossa língua obriga a sexualidade de toda a informação mas a grande diferença, entre os dois gêneros categoriais, uma categoria designa e a outra passa ser uma categoria diferencial: “quando ‘homem’ designa a categoria sexual masculina, não deixa de designar a espécie humana, a totalidade humana. Mais ainda a generalidade humana só é aplicável à mulher através do termo homem, que é o termo genérico. Também neste caso, como no caso das categorias por idade, uma categoria designa: a categoria diferencial é mulher. O homem que sustenta o conjunto do sentido não é categorizante: ele é o não dito, o implícito das categorias sexuais, assim como o adulto é o não dito das categorias de idade (GUILLAUMIN, 1972, p. 164 /5).

Eis o quadro de referências para nossa análise de conteúdo: o sexismo concerne o conjunto da vida e das representações

que a sociedade realiza. O ocidental, homem e adulto simboliza a humanidade; é o eixo do universal humano. As mulheres, biologicamente fixadas à função reprodutora, constituirão o “outro” a quem falta o n ou $n + 1$ atributos da espécie (= a sexo masculino). São as mães, esposas, donas-de-casa as quais tentam delimitar até mesmo o espaço do imaginário; do sonho e da evasão. Nossas horas de lazer deverão ser preenchidas com o “específico feminino”: receitas, conselhos e contos de amor. Coisas de mulher, como é dito com um misto de desprezo e condescendência.

Bibliografia

ALVES, Branca Moreira et alii. *O espelho de Vênus*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1979. Mimeo.

ARIES, Philippe. *L'enfant e la vie familiale sous L'ancien regime*. Paris, Seuil, 1973.

AULAGNIER, Piera. *A violência de interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1979.

_____. *Le désir et la perversion*. Paris, Seuil, 1967.

_____. *Les destins du plaisir*. Paris, Presses Université de France, 1978.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1960.

BESTON, Margaret. *The political economy of Women's liberation*. *Monthly Review*, 21(4) set. 1969.

BILAC, Elizabeth Dória. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Edições Símbolo, 1978.

BLAY, Eva Alterman. *Mulher, escola e profissão*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1969 mimeo. Tese de Mestrado.

BOLETIN CINTERFOR, *Montevideo* (37/38) jan/abr. 1975.

BOLTANSKY, Luc. *Prime éducation et morale de classe*. Paris, Mouton, 1977.

CHÂTELET, François. *Historie des idéologies*. Paris, Hachete, 1978

CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Berkeley, University of California, 1978.

CLASTRES, Pierre. *La société contre l'Etat*. Paris, Les Editions de Minuit, 1974,

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

COULSON, Margaret et alli. *The housewife and her labour under capitalism, a critique*. New Left Review; Londres, (89) 1975.

DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *La mujer en las sociedades primitivas*. Barcelona, Ediciones Península, 1971.

FIGES, Eva. *Patriarchal attitudes*. Londres, Faber, 1970.

FIRESTONE, Shulamith. *La dialectique du sexe*. Paris. Editions Stock, 1972.

- FLANDRIN, Jean Louis. *Familles* (parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société) Hachete, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* (I). Rio de Janeiro. Graal, 1977.
- FREUD, Sigmund. La feminidad. In: *Obras completas*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1973. Tomo III.
- _____. *El malestar en la cultura*. Tomo I.
- _____. *La moral sexual cultural y la nerviosidad moderna*. Tomo III.
- _____. *Totem y tabu*. Tomo II.
- FRIEDAN, Betty. *La femme mystifiée*. Paris, Editions Gonthier, 1964.
- GODELIER, Maurice. *Rationalité et irrationalité en économie* (II). Paris, Petite Collection Máspero, 1969 .
- _____. Le sexe comme fondamente ultime de l'ordre social et cosmique chez les Baruya de Nouvelle Guinée. In: *VERDIGLIONE*. ed. Sexualité et pouvoir. Paris, Payot, 1976.
- _____. *Sur les sociétés pré capitalistes*. Paris, C.E.R.M. Editions Sociales, 1970.
- GUILLAUMIN, Colette. *L'idéologie raciste, genèse el langage actuel*. Paris, Mouton, 1972.
- IRIGARAY, Luce. *Speculum de L 1 autre femme*. Paris, Minuit, 1974.
- KOLLONTAI, Alexandra. A família e o Estado Socialista. In: *A Libertação da mulher*. São Paulo, Global, 1979.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Estruturas Elementares do Parentesco*. São Paulo, Vozes, 1978.

MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo, Hucitec, 1979.

MARX, Karl. Critique de l'économie politique. In: *Oeuvres II*. Paris, Gallimard, 1968.

_____. Le manifeste communiste. In: *Oeuvres*, Tome I, 1965.

_____. Matériaux pour l'économie. In: *Oeuvres*, Tome II.

_____. Misère de la philosophie. In: *Oeuvres*, Tome II.

_____. Salaire, prix et profit. In: *Oeuvres*, Tome I.

_____. & Engels, Friedrich. *L'idéologie allemande*. Paris, Editions Sociales, 1968.

MARTINS RODRIGUES, Arakcy. *Operário, operária*. São Paulo, Símbolo, 1978.

MAUCO, Georges. *Psicanálise e educação*. Lisboa, Moraes Editores, s.d.

MEAD, Margareth. *L'un et l'autre sexe*. Paris, Denoel/Gonthier, 1966.

MEILLASSOUX, Claude. *Femmes, greniers & capitaux*. Paris, Maspéro, 1971.

MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual*. Rio de Janeiro, Achiamé 1979.

MITCHELL, Juliet. *L'âge de femme*. Paris, Editions de Femmes, 1974.

OAKLEY, Ann. *Woman's work*. New York, Vintage Books, 1976.

- OLIVEIRA, Francisco. *A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital*. Estudo CEBRAP, São Paulo (16) 1976.
- OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino em Pederneiras - São Paulo. *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais*, 1978.
- POLHYANTHEIA. *Comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do imperial*. Lyceo de Artes e Ofícios. Rio de Janeiro, 1981.
- PRADO, Adélia. *Bagagem*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.
- REED, Evelyn. *Woman's Evolution*. 1975.
- REICH, William. *La Révolution sexuelle*. Paris, Payot, 1970.
- _____. *O que é a consciência de classe?* Textos Exemplares, Porto, (6) 1976.
- ROTT, Renate. Mercado de trabalho feminino: uma análise comparada. *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais. Anais*. Belo Horizonte, 1979. mimeo.
- ROWBOTHAM, Sheila. *Conscience de femmes, monde de l'homme*. Paris, Editions des femmes, 1974.
- SAFFIOTI, Heleieth. O trabalho feminino sob o capitalismo dependente. *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais. Anais*, São Paulo, ABEP, 1978.
- SECCOMBE, Wally. *Housework under capitalism*. New left Review, (83) 1973.
- SIMÕES, Celso Cardoso da Silva et alii. Algumas características da

participação dos membros da família na força de trabalho: 1950 - 1970. In: *Encontro brasileiro de estudos populacionais*. Rio de Janeiro, IBGE, 1976.

SINGER, Paul Israel. *Emprego, produção e reprodução da força de trabalho*. CEBRAP, 1976. mimeo.

SOUZA, Lúcia Ribeiro de. O trabalho feminino e a estrutura familiar. In: *Encontro da associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais*. Belo Horizonte, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. *La dinámica ciclica de la industrialización reciente del Brasil*. El Trimestre Economico, México, 47(185) ene/mar. 1980.

VASCONCELOS, Francisco Figueira de Mello e. *Educação sexual da mulher*. Rio de Janeiro, 1915.